



Centro Universitário
Curso de Arquitetura e Urbanismo

DANIEL SILVA CAMPOS

**RESTAURO E REABILITAÇÃO DA GRÁFICA PÊPE EM
CUIABÁ/MT – UMA PROPOSTA DE CENTRO DE
REFERÊNCIA PARA A COMUNIDADE LGBT**

Várzea Grande - Mato Grosso
Dezembro/2017



Centro Universitário
Curso de Arquitetura e Urbanismo

DANIEL SILVA CAMPOS

RESTAURO E REABILITAÇÃO DA GRÁFICA PÊPE EM CUIABÁ/MT – UMA PROPOSTA DE CENTRO DE REFERÊNCIA PARA A COMUNIDADE LGBT

Trabalho de Diplomação em Arquitetura,
Urbanismo e Paisagismo do Curso de
Arquitetura e Urbanismo do Centro
Universitário de Várzea Grande – UNIVAG,
sob orientação da prof. Alessandra Zanelatti
Inoui.

Várzea Grande - Mato Grosso
Dezembro/2017

Trabalho de Diplomação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo do Curso de
Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG,
apresentado e aprovado no dia 11 de dezembro de 2017.

Prof. Esp. Alessandra Zanelatti Inoui - UNIVAG
Professora Orientadora

Prof. Msc. Daniela Nazário Delben - UNIVAG
Banca Interna

Amelia Hirata – IPHAN/MT
Banca Externa

Dedico este trabalho aos meus esteios, papai, mamãe e mana. Sou grato por poder chamá-los de família. Lhes dedico esse trabalho final, fruto de cinco anos de esforço, dores e noites em claro. Nessa reta final, compartilho com vocês toda a minha felicidade materializada nessas sessenta páginas.

AGRADECIMENTOS

Ao Jesse Parente, meu querido, amo você!

Agradeço a minha grande amiga Camila Brehm por seu companheirismo e parceria durante todos os cinco anos de faculdade. Você é demais.

Aos docentes do UNIVAG por me darem embasamento técnico e científico suficientes para que eu chegasse aqui.

À minha orientadora, Alessandra Zanelatti Inoui, pelas horas dedicadas ao auxílio na construção deste.

Aos meus colegas de classe.

“A intervenção de restauro depende do reconhecimento da obra de arte como obra de arte, pois é a obra que condiciona a restauração, e não o contrário”.

Cesare Brandi

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Três pilares da sustentabilidade	14
Figura 02 – Proposta da Casa Orlando – Demolir e Construir	30
Figura 03 – Fachada da Casa 1	31
Figura 04 – Vista interna da edificação	32
Figura 05 – Vista interna da edificação de	32
Figura 06 – Casa de Avelino de Siqueira. A foto de 1996 mostra o jardim interno do casarão	33
Figura 07 – Região do Centro Histórico de Cuiabá	34
Figura 08 – Índices Urbanísticos	34
Figura. 09 – Mapa de Hierarquização viária de Cuiabá	35
Figura 10 – Vista parcial da Casa de “Avelino de Siqueira”, na década de 1970 – Livraria Pepe	35
Figura 11 – Fachada da Rua 07 de Setembro	36
Figura 12 – Fachada da Rua Engenheiro Ricardo Franco	36
Figura 13 – Eflorescência na parede	37
Figura 14 – Atual sala de espera da antiga gráfica	37
Figura 15 – Forro de um dos ambientes do imóvel	37
Figura 16 – Lixiviação das paredes	37
Figura 17 – Cobertura do imóvel sendo apoiada com peças de madeira improvisadas.....	37
Figura 18 – O mato alto toma conta do pátio	37
Figura 19 – Levantamento in loco - Fachada da Rua Sete de Setembro	39
Figura 20 – Levantamento in loco - Fachada da Rua Engenheiro Ricardo Franco...	39
Figura 21 – Programa Arquitetônico	40

Figura 22 – Pré-dimensionamento – Setor administrativo	41
Figura 23 – Pré-dimensionamento – Setor de assistência	41
Figura 24 – Pré-dimensionamento – Setor de serviço	42
Figura 25 – Pré-dimensionamento – Setor de vivência	42
Figura 26 – Setorização do Centro de Referência	43
Figura 27 – Planta Humanizada – Pavimento Térreo	44
Figura 28 – Rebaixamento de calçadas estreitas	45
Figura 29 – Armários da antiga livraria	46
Figura 30 – Armários da antiga livraria	46
Figura 31 – Planta Humanizada – Nível I	47
Figura 32 – Escadaria do imóvel em péssimas condições	48
Figura 33 – Escadaria do imóvel em péssimas condições	48
Figura 34 – Planta Humanizada – Nível II	49
Figura 35 – Vista interna do Nível II	49
Figura 36 – Vista interna do Nível II	49
Figura 37 – Vista da varanda do Nível II	50
Figura 38 – Vista da varanda do Nível II	50
Figura 39 – Vista do pátio interno do casarão	50
Figura 40 – Pergolado metálico existente deteriorado	51
Figura 41 – Pergolado de madeira proposto	51
Figura 42 – Encaixe macho-fêmea em estrutura de madeira	52
Figura 43 – Encaixe macho-fêmea em estrutura de madeira	52
Figura 44 – Tabuado do Nível I	53
Figura 45 – Tabuado do Nível I	53

Figura 46 – Ladrilhos quadrados da edificação	53
Figura 47 – Ladrilhos hexagonais da edificação	53
Figura 48 – Método espinha de peixe	55
Figura 49 – Vista interna da edificação	56
Figura 50 – Cobertura do Nível I	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Documentos Internacionais sobre Proteção e Conservação do Patrimônio.....	20
Tabela 02 – Jardim Interno do imóvel	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Percentuais do total de atividades de construção para habitações novas e manutenção/reabilitação nos países europeus (1997)	23
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CAU – Conselho dos Arquitetos e Urbanistas

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LED – Light Emitting Diode

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis

NBR – Norma Brasileira

PCD – Pessoa com Deficiência

PVC - Policloreto de Vinila

UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande

TDAUP – Trabalho de Diplomação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo

ZIH – Zona de Interesse Histórico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CONCEITUAÇÃO DO TEMA	16
2.1	Conceitos essenciais para o tema	17
2.2	O ciclo de vida das cidades.....	18
2.2.1	A Cidade.....	18
2.2.2	A Sua Ascensão.....	19
2.2.3	O Seu Declínio	21
2.2.4	A Reabilitação e Revitalização dos Centros Históricos.....	22
2.2.5	Aspectos sobre as Intervenções Patrimoniais	24
3	PANORAMA DA EVOLUÇÃO DO TEMA	25
3.1	A Preservação do Patrimônio Edificado no Mundo	25
3.2	A Preservação do Patrimônio Edificado no Brasil	27
3.3	A Preservação do Patrimônio Edificado em Cuiabá	28
3.3.1	A Formação do Núcleo Urbano de Cuiabá.....	28
3.3.2	A preservação do Centro Histórico de Cuiabá.....	29
4	OS LGBT NOS TEMPOS ATUAIS E O PROCESSO DE EXCLUSÃO	32
5	ASPECTOS RELEVANTES ESPECÍFICOS PARA A ABORDAGEM DO TEMA	33
6	ESTUDO DE PROJETOS PRECEDENTES	33
6.1	Habitação de Interesse Social em Imóveis Vazios e Malconservados do Centro Antigo de Cuiabá/MT	33
6.2	Casa 1.....	34
6.3	Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável – CIEDS/RJ.....	35
7	O IMÓVEL EM ESTUDO	36
7.1	Identificação do Imóvel.....	37
7.2	Localização Administrativa	38
7.3	Contextualização Histórica e Arquitetônica do Imóvel.....	39
7.4	Infraestruturas Existentes	41
7.5	Estado de Conservação.....	41
7.6	Levantamento Arquitetônico.....	43
8	PARTIDO ARQUITETÔNICO	43
9	PROGRAMA ARQUITETÔNICO.....	44
10	PROJETO ARQUITETÔNICO	46
10.1	Nível Térreo.....	48

10.2	Nível I – Acesso pela Rua Ricardo Franco	51
10.3	Nível II – Pavimento Superior	53
10.4	Pátio interno	55
11	PRINCIPAIS ELEMENTOS COMPONENTES DA SOLUÇÃO	
	ARQUITETÔNICA	56
11.1	Estrutura.....	56
11.2	Pisos	57
11.3	Paredes.....	58
11.4	Forro e Cobertura	61
12	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
13	BIBLIOGRAFIA	63

RESTAURO E REABILITAÇÃO DA GRÁFICA PEPE EM CUIABÁ/MT - UMA PROPOSTA DE CENTRO DE REFERÊNCIA PARA A COMUNIDADE LGBT

Daniel Silva Campos – Orientado
Prof.^a Esp. Alessandra Zanelatti Inoui – Orientadora

RESUMO

Os centros históricos são responsáveis pela valorização do passado expressivamente aparente em todas as formas atribuídas nos espaços físicos, sejam eles nas ruas, nas praças ou nos imóveis. Um dos principais problemas das cidades nas últimas décadas é o esquecimento dos seus centros históricos, o qual outrora constituía o centro vital da urbe no seu complexo social, como meios urbanos de produção e de comércio. Sendo assim, as intervenções arquitetônicas são processos de grande importância na revitalização das áreas centrais que estão degradadas, por serem parte integrante e indissociável historicamente dos centros antigos. Para o desenvolvimento deste estudo, pautado numa trilha de caráter exploratório, utilizou-se como aporte teórico pesquisa bibliográfica de autores que discutem temas relacionados a intervenções em centros históricos, restauros, cartas patrimoniais, reabilitação de espaço e tema afins, tendo como objetivo o restauro e reabilitação de um casarão construído no fim do século XIX, de grande relevância histórica, arquitetônica e artística localizado no Centro Histórico de Cuiabá, transformando-o em um Centro de Referência para auxiliar pessoas que passaram por problemas relacionados à sua orientação sexual e questões de gênero – sendo elas lésbicas, travestis, bissexuais, transexuais – sujeitas a todos os tipos de mazelas sociais, como ataques e agressões motivados pela intolerância à diversidade sexual. Durante o estudo do bem edificado, foram estudados detalhes construtivos do casarão, sendo produzido o levantamento planimétrico, fotográfico, de patologias realizadas in loco.

Palavras-chave: Patrimônio histórico. Restauro. Cuiabá.

ABSTRACT

Historical centers are responsible for valuing the past expressively apparent in all forms assigned in physical spaces, whether they be in the streets, in the squares or in the real estate. One of the main problems of cities in the last decades is the oblivion of their historical centers, which once constituted the vital center of the city in its social complex, as urban means of production and commerce. Thus, architectural interventions are processes of great importance in the revitalization of the central areas that are degraded, since they are an integral and historically inseparable part of the old centers. For the development of this study, based on an exploratory character, a theoretical contribution was used as a bibliographical research of authors who discuss themes related to interventions in historic centers, restorations, patrimonial cards, space rehabilitation and related theme, aiming at restoration and rehabilitation of a mansion built at the end of the 19th century, of great historical, architectural and artistic relevance located in the Historic Center of Cuiabá, transforming it into a Reference Center to assist people who have experienced problems related to their sexual orientation and gender - being lesbian, transvestite, bisexual, transsexual - subject to all kinds of social ills, such as attacks and aggressions motivated by intolerance to sexual diversity. During the study of the constructed good, constructive details of the house were studied, being produced the planimetric survey, photographic, of pathologies realized in loco.

Keywords: Historical heritage. Restoration. Cuiaba.

1 INTRODUÇÃO

Os centros das cidades são derivados de um processo histórico do homem, traduzindo em seu espaço toda a trajetória da sociedade. Por conseguinte, os mesmos são palcos de constantes processos conflituosos, derivados de uma grande diversidade étnica que permanecem em contradição no decorrer dos anos. Os centros históricos são responsáveis pela valorização do passado expressivamente aparente em todas as formas atribuídas nos espaços físicos, sejam eles nas ruas, nas praças ou nos imóveis. Fazem parte, portanto, da história da cidade e de seus habitantes.

Neste cenário, as construções existentes fazem parte desses acontecimentos, e a partir do reconhecimento da representatividade de um edifício quanto à história de um lugar, sua preservação passa a ser um direito, independentemente de ser um edifício de caráter monumental ou esteticamente simples (MARCUSE, 1998 apud VARGAS; CASTILHO, 2006).

Um dos principais problemas das cidades nas últimas décadas é o esquecimento dos seus centros históricos, o qual outrora constituía o centro vital da urbe no seu complexo social, como meios urbanos de produção e de comércio. Pressupõe-se que a expansão física do território urbano rompeu este quadro em meados da década de 50 e 60 ocasionado pelo aumento da população urbana, fomentando o crescimento e suburbanização das metrópoles que, sem planejamento e estrutura adequada, expandiram-se. Os centros já não comportavam mais os seus habitantes em seu núcleo edificado, perdendo as suas centralidades e espraiando-se em um curto período de tempo se comparado ao seu tempo de existência (200 a 400 anos de vida *versus* 20 a 30 anos de crescimento acelerado), promovendo o distanciamento entre a residência e o local de trabalho.

Por consequência, o desenvolvimento e difusão dos modais e o aumento dos números dos automóveis – populares pós Revolução Industrial – ocorria em paralelo e ajudava a impulsionar o efeito de esvaziamento dos núcleos urbanos. As ruas estreitas das cidades históricas e a ausência de espaço físico de garagem em grande parte dos imóveis centenários motivaram a ampliação do denominado “efeito *donut*”, definido pelo contraste entre o povoamento das zonas suburbanas em contraste com o esvaziamento dos núcleos urbanos, deixando-os degradados e envelhecidos – vazio por dentro e recheado por fora.

Ao deslocar os setores produtivos, administrativos e residenciais para áreas mais afastadas destes centros e com maiores possibilidades comerciais, juntamente à saturação e consequente aumento do preço das habitações de qualidade nos centros das cidades, a desertificação e envelhecimento da população residente causados por esses fatores, gera a pobreza e a degradação da atividade econômica dos edifícios (CAETANO, 1999 apud ALVES, 2007).

Sendo assim, as intervenções arquitetônicas são processos de grande importância na revitalização das áreas centrais que estão degradadas, por serem parte integrante e indissociável historicamente dos centros antigos. Inegavelmente, esses processos são apenas etapas de um grande planejamento tanto arquitetônico quanto histórico e social, envolvendo profissionais de diversas áreas com o intuito de

restituir à população a afeição pelo seu espaço e expor os valores próprios de cada lugar.

Neste contexto, este projeto tem como objeto de estudo reabilitar e revitalizar um casarão novecentista no município de Cuiabá – MT, transformando-o em um centro de referência para a população Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual e Travesti (LGBT) e atendendo pessoas que lidam com problemas sociais e pessoais relacionadas a sua orientação sexual ou por questões de gênero.

Para o desenvolvimento deste estudo, pautado numa trilha de caráter exploratório, utilizou-se como aporte teórico pesquisa bibliográfica de autores que discutem temas relacionados a intervenções em centros históricos, restauros, cartas patrimoniais, reabilitação de espaço e temas afins referentes à edificação de estudo. Além disso, foram estudados detalhes construtivos da edificação em estudo, sendo produzido o levantamento planimétrico, fotográfico, de patologias realizadas in loco, bem como a análise de projetos precedentes de reforma produzidos para a edificação. No que compete ao uso que será proposto para o imóvel, uma proposta de projeto arquitetônico baseado nas legislações federais, estaduais e municipais existentes, houve a análise de dados obtidos através de entrevistas em Centros de Referências em Assistência Social (CRAS) de Cuiabá para embasar a elaboração do programa de necessidades do centro de referência proposto.

Espera-se que com o presente trabalho traga contribuições acerca do centro histórico cuiabano e seu vasto patrimônio edificado, contribuindo com estudos arquitetônicos, patrimoniais, sociais e históricos. Desse modo, tendo em vista os aspectos apresentados, o trabalho seguirá tratando do assunto, objetivando mostrar a importância de discussões sobre o tema para a elaboração do referido projeto.

2 CONCEITUAÇÃO DO TEMA

O restauro e reabilitação são apenas duas tipologias de intervenções existentes em construções históricas, podendo também existir outros níveis de intervenção, como a prevenção da deterioração, preservação, consolidação, restauro por anastilose (quando há estudos arqueológicos envolvidos no restauro), reprodução, reconstrução, entre outros. A adoção do tipo de intervenção necessária é feita de acordo com as condições físicas atuais dos imóveis, sendo analisados, primordialmente, os materiais e a técnica construtiva da edificação para melhor escolha do nível de intervenção a ser adotado.

Neste contexto, o restauro é entendido como a atividade desenvolvida com o intuito de garantir uma longa vida ao monumento, evitando o agravamento dos danos existentes. Tem como objetivo principal reavivar o aspecto original da peça, o conceito e a sua legibilidade.

O restauro e reintegração de pequenos detalhes ou partes do edifício acontece, sempre baseados em documentos autênticos, achados arqueológicos ou desenhos originais. A substituição de elementos em falta deverá ser feita de forma a conjugar harmoniosamente com o existente, mas possibilitando a distinção fácil. [...] A intervenção

não poderá purgar os elementos de épocas diferentes da época de construção (COELHO, 2003, p. 40).

O termo reabilitar significa recompor atividades. Entende-se que a melhor forma de preservar os edifícios é mantê-los em uso, preparando novamente o espaço prevendo sua reestruturação funcional para o exercício de novas utilizações, introduzindo novas atividades em substituição das que eram aplicadas anteriormente.

A utilização inicial é sempre preferencial, ou quanto menor for a alteração, melhor. Por outro lado, a reabilitação muitas vezes é a única forma de preservação de um edifício. Esta traduz-se na aplicação de um novo uso a um edifício, originalmente com uma função diferente (COELHO, 2003, p. 40).

A implementação de medidas de eficiência energética é amplamente utilizada na reabilitação de edifícios históricos. Essas medidas visam melhorar o seu aproveitamento energético com a instalação de sistema de iluminação natural, reuso de água, automatização de sistemas de iluminação, entre outras soluções, preservando, ao mesmo tempo, as partes ou características que transmitem os seus valores históricos, culturais e arquitetônicos.

2.1 Conceitos essenciais para o tema

A ausência de moradias no país é um problema secular que surge em 1870 com a crise cafeeira no vale da Paraíba (COELHO, 2002). Nas últimas décadas, o crescimento populacional no Brasil ocasionou uma grande ascensão no setor da construção civil. Prova disso são as mais diversas construções que se erguem a cada ano em todos os lugares, como em Cuiabá – MT. Buscando suprir o déficit habitacional de décadas, os investimentos nesse setor estão cada vez maiores, de modo a tornar todos os processos construtivos mais tecnológicos, econômicos, sustentáveis e mais produtivos em todos os locais de um canteiro de obra.

A construção civil é, atualmente, responsável por grande parte do consumo de matérias-primas e energias, e por uma significativa produção de resíduos, sendo considerada uma das atividades de maior impacto no ambiente urbano. Dessa forma, o estudo de soluções para a racionalização do consumo de recursos e a correta destinação e redução dos resíduos produzidos nas construções dos edifícios é de extrema importância para a o equilíbrio do meio urbano.

Nesse sentido, a produção do espaço urbano nos centros históricos, caracterizada pelo abandono das estruturas existentes e construção de novas edificações em locais mais afastados das centralidades ampliando o consumo desnecessário de novos recursos, representando uma política ‘insustentável’ causada pelo desperdício que a subutilização da infraestrutura existente representa.

Em relação à contribuição da arquitetura para um ambiente urbano mais sustentável, assim como diversos outros setores produtivos da sociedade, a construção civil já começa a despertar para soluções e tecnologias mais eficientes, mesmo sendo esse um tipo de investimento, que na maioria das vezes ainda não possui um valor

econômico imediato, mas cujas soluções baseadas nos princípios da sustentabilidade já constituem um forte referencial qualitativo aos empreendimentos.

A compreensão da importância das soluções eficientes através das construções sustentáveis tem se difundido por quase todo o mundo, e já é possível notar algumas mudanças na indústria da construção civil. Esse é um passo muito importante para a arquitetura: garantir que os novos edifícios sejam pensados de forma consciente e responsável, incorporando os princípios da sustentabilidade ao ato de projetar e fazendo da sustentabilidade um conceito de planejamento, e não mais apenas característica de projetos especiais, se trata dos princípios da sustentabilidade proposto por Qualharini (2017) (Figura 01).

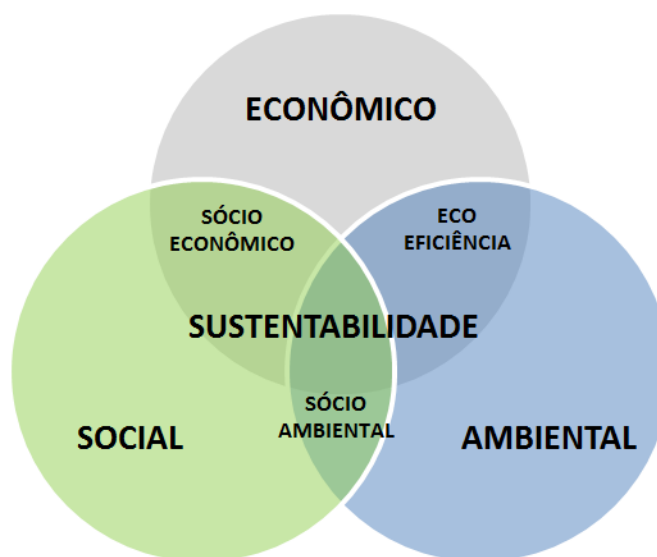


Figura 01: Três pilares da sustentabilidade.
Fonte: Adaptado de Qualharini, 2017.

2.2 O ciclo de vida das cidades

2.2.1 A Cidade

A palavra cidade tem origem do latim que significa *civitate*, que compreende à área urbanizada onde há a alta densidade populacional concentrada em um determinado território. Conforme o dicionário da língua portuguesa, cidade pode ser definida como “meio geográfico e social caracterizado por uma forte concentração populacional que cria uma rede orgânica de troca de serviços (administrativos, comerciais, profissionais, educacionais e culturais (PLIBERAM, 2017, s.p.).

O termo cidade pode ser definido de diversas maneiras. Pode se referir a uma determinada densidade populacional ou a uma unidade administrativa. A cidade pode também “referir-se de forma mais genérica a percepções de um modo de vida urbano e a características culturais ou sociais específicas, bem como a locais funcionais de atividade e trocas econômicas” (UE, 2011, p. 1). As vilas diferenciam-se das cidades pelo número de habitantes. As primeiras, de menores dimensões, representam entre 10.000 e 50.000 habitantes, enquanto que as cidades são maiores, possuindo acima de 50.000 habitantes.

São vários os parâmetros que definem a cidade. Podemos defini-la desde o ponto de vista morfológico, se atendermos ao estilo dos seus prédios, ou da distribuição territorial, se nos ocuparmos dos seus espaços, do ponto de vista económico, se nos referirmos aos valores que repostam as suas atividades empresariais (empregos, produtividade, etc.), de um ponto de vista funcional, se atendermos aos seus usos, e sociológico, se estivermos a referir o perfil dos seus habitantes. (...). Todos estes parâmetros têm sido alterados nos últimos tempos e permanecem numa constante mudança, o que nos obriga a adequar o nosso *modus operandi* na hora de atuar sobre eles (CHICO, apud GOMES, 2008, p. 22).

A evolução e o ciclo de vida das cidades podem ser comparadas aos seres vivos. São como um organismo, uma vez que nascem, crescem, evoluem, e passam por um período de estagnação, que eventualmente há o declínio, morte ou rejuvenescimento. Cada urbe possui dinâmica única devido às suas particularidades, sejam elas territoriais, morfológicas ou meteorológicas, algumas mais semelhantes entre si, porém totalmente diferentes de outras.

Para muitos, as cidades assemelham-se a organismos vivos e, como tal, nascem, morrem e desaparecem. Ou seja, nascem a partir de um conjunto de atividades que se concentram num determinado território que depois crescem e geram necessidades de segurança, de infraestruturas básicas, de equipamentos de apoio, etc., cuja satisfação supõe uma lógica de organização espacial de urbanismo e planeamento (HENRIQUES, 2003, p. 140).

Pode-se dizer que a cidade é o produto mais complexo e variado da nossa herança histórica, sendo a maior realização do homem vivendo em sociedade, sendo fundida à história da humanidade e respondendo às necessidades de cada época ou momento histórico. O velho e o novo, o tradicional e o moderno aliam-se em um processo contínuo e atemporal, pois, as urbes estão presentes em seus edifícios. Nas construções está escrita a história de cada cidade, elas são um livro aberto para mostrar o seu passado, cultura e folclore, tanto a seus habitantes como a seus hóspedes.

Segundo Teresa Barata Salgueiro, desde as pequenas aglomerações urbanas da antiguidade às atuais metrópoles globais, as cidades concentraram sempre importantes funções sociais, económicas, patrimoniais, habitacionais e cívicas, que se constituíram sempre como o motor da vida urbana, cujo eixo gravitacional estava nos centros históricos, a área mais central da cidade (MEDEIROS, SALGUEIRO e FERRÃO, 2005).

2.2.2 A Sua Ascensão

Não se sabe determinar o momento do nascimento das cidades. Acredita-se que as primeiras ocupações tenham surgido entre os vales férteis da Mesopotâmia, cuja população desenvolvia atividades ligadas ao comércio. A grande maioria das cidades da antiguidade eram de pequenas dimensões, não contendo mais do que dez mil habitantes, sendo exceções Atenas, com 200 a 300 mil habitantes e Roma ou Alexandria, que superavam já um milhão de habitantes.

Alguns elementos essenciais, que caracterizam atualmente as cidades, já eram conhecidos nas cidades gregas e romanas, tais como “a rua, lugar de circulação de pessoas e de comércio de bens e a praça, enquanto lugar de encontro, de acontecimentos, de manifestação da vida urbana e comunitária” (Lamas, 1993, p. 102, apud Pereira, 2008).

As cidades romanas foram fundadas após o século II a.C. em topos das colinas, outrora habitados por pastores e agricultores e com localização estratégica. Em volta das cidades, muralhas são erguidas para delimitar o seu traçado, criando condições para maior independência administrativa uma vez que a mesma apresentava suficiência militar para lidar com inimigos. Dentro desse espaço medieval, o comércio ressurgiu e a sociedade burguesa a administra. Fora desta, aparecem subúrbios advindos da alta densidade populacional, sendo necessária a expansão destas muralhas para um perímetro mais alargado.

Com o Renascimento, os espaços públicos já existentes no período medieval continuam sendo palco de manifestações públicas, rodeados por edificações importantes da cidade. Somente no século XVI que surge o urbanismo nas grandes cidades, com a alteração da estrutura urbana e criação de avenidas, jardins, parques e passeio público, característicos da cidade barroca.

A Revolução Industrial no século XIX fomentou o crescimento exponencial das cidades, tornando-as grandes centros industriais e alastrando-as para além do espaço delimitado e fortificado, invadindo o campo e alterando drasticamente a paisagem urbana. Como consequência, dissemina-se um novo modelo de cidade dispersa, havendo cada vez mais dificuldade em delimitar o urbano do rural. O crescimento acelerado, os elevados índices de natalidade e a queda da taxa mortalidade advindos da melhoria das condições sanitárias e higiênicas das urbes foram alguns dos fomentadores do seu crescimento vertiginoso.

Com a industrialização das cidades, as atividades financeiras, industriais e comerciais tornam-se as novas funções das urbes, outrora basicamente religiosas, administrativas e comerciais subordinadas à economia rural, aumentando a necessidade de mão de obra no espaço urbano.

As primeiras máquinas exigiam grande quantidade de trabalhadores vivendo próximos das fábricas e, para a comercialização dos produtos industrializados, eram necessários os estabelecimentos comerciais, que são típicos do meio urbano. Também a infraestrutura criada para atender aos interesses de algumas fábricas, como abertura de estradas, ruas, fornecimento de energia, água encanada, meios de comunicação, atraiu novas indústrias para as cidades, aumentando a concentração de pessoas no espaço urbano (BORDO, 2005, p. 2-3).

Até meados do século XX, o processo de urbanização e pós industrialização era exclusividade dos países desenvolvidos. Somente depois de se generalizar em meados da década de 1950 que a urbanização se intensifica e vira um fenômeno global.

O planeta passa a ser cada vez mais urbano, surgem grandes polos formando uma rede de regiões mais dinâmicas, as chamadas

idades globais, que exercem um grande protagonismo no cenário mundial, conectadas entre si, funcionando como uma espécie de absorventes do espaço envolvente. É neste contexto que assumem importância os conceitos de periurbano ou áreas periurbanas (PORTO, 2013).

As cidades de hoje são os novos fomentadores da economia global, sendo centros de inovação, geradores de talento, emprego e criatividade; são consideradas a base para a nova economia do conhecimento.

Ainda hoje, além da formação das novas centralidades, os vetores do crescimento modernizado da malha urbana demandam altos investimentos na construção de novas redes de abastecimento de água e energia, coleta de lixo e esgoto, drenagem, transportes, etc., ao mesmo tempo em que do esvaziamento dos centros urbanos resulta a subutilização da infraestrutura já disponível.

2.2.3 O Seu Declínio

Como citado anteriormente, após a década de 1950, os processos de urbanização das cidades sofreram grandes alterações, deixando os limites das cidades de serem definidos e visíveis (GOMES, 2014, p. 24). A população da urbe cresce vertiginosamente e expande-se a concorrência por novos locais de moradia em locais mais afastados do centro. Novas centralidades aparecem em torno de vastos centros comerciais nas periferias dos centros urbanos. Ao mesmo tempo, a infraestrutura da cidade não acompanha expansão territorial tão vasta, sendo este um dos maiores causadores dos problemas atuais de saneamento, asfaltamento, mobilidade, educação, insegurança, etc., nas grandes cidades.

Neste período, o crescimento urbano e a deterioração dos centros urbanos tradicionais acontecem paralelamente. Balsas (2000) e Vargas (2000) evidenciam que a saída de instituições públicas geradoras de fluxos e empregos para áreas mais distantes dos centros tradicionais, e que impulsionam a substituição por atividades de menor rentabilidade, e conseqüentemente, a diminuição de serviços de limpeza e segurança pública.

As mudanças sociodemográficas deste período alteraram extraordinariamente, a composição e função das áreas centrais das cidades, descentralizando-as. A força de mercado existentes neste período do tempo é algo impossível de ser contrariado. Por outro lado, a adoção de políticas preservacionistas que fomentassem a reconversão e reabilitação dos centros urbanos era praticamente inexistente.

Gomes (2008, p. 35) relata que o aumento do uso dos modais de transporte, majoritariamente o automóvel, facilitou o acesso à habitação nas periferias por aproximar as distâncias entre a residência e o local de trabalho. Por outro lado, acarretou um efeito negativo para os centros históricos por destinar suas ruas, outrora quase exclusivamente destinada para a circulação pedonal, ao fluxo de veículos e estacionamento, incentivando os pedestres a frequentarem locais comerciais mais tranquilos e enfraquecendo o comércio histórico em virtude de esta acontecer nas ruas em suas calçadas estreitas. Neste contexto, surgem os “shoppings centers” como uma nova opção de comércio, serviços e lazer,

oferecendo maior conforto sob a forma de hangares climatizados, com grandes estacionamentos adaptados ao veículo individual, uniformizando e marcando o território com um consumismo triunfante e estruturante.

Incentivados a se deslocarem para as novas localidades da cidade que oferecem maiores opção de aluguéis baratos e mais atrativos, jardins, estacionamentos, entre outras comodidades, aliado ao fraco poder de compra dos arrendatários, houve a migração progressiva dos mesmos para fora das áreas urbanas centrais, contribuindo para a degradação dos edifícios, chegando muitas vezes ao estado de ruína (Gomes, 2014, apud Cavém, 2007; Sebastião, 2010).

Todos estes problemas levam a que a vida nos centros históricos seja dificultada pela inexistência de comércio, serviços de proximidade, jardins, estacionamento. O próprio despovoamento progressivo, o baixo poder de compra dos residentes e a concorrência com as grandes superfícies, levaram ao desaparecimento do comércio dito tradicional, que com frequência foi “substituído por estabelecimentos de diversão noturna”, desencadeando por vezes “processos que afetam a tranquilidade das áreas afetadas (MEDEIROS, SALGUEIRO e FERRÃO, 2005, p. 269).

Somente em 1970 que surgem projetos que visam a valorização e preservação do patrimônio edificado, marcando presença nos planos de urbanização das cidades. Neste período, a salvaguarda dos edifícios históricos é incorporada nos projetos de reestruturação das atividades dos centros. Albrecht (2008, p. 22) revela que as intervenções em áreas centrais passam a realçar o caráter histórico do local, principalmente através da recuperação e reuso dos imóveis antigos. O principal uso destinado a grande parte dos edifícios recuperados foi comercial ou para serviços, justificados pelo retorno financeiro que essa ocupação propicia para a população e localidade imediata.

Nesse âmbito, as décadas de 70, 80 e 90 tiveram como foco a defesa do patrimônio histórico e arquitetônico como elemento fundamental da identidade e cidadania, na valorização da memória e no discurso de que os centros das cidades seriam as partes essenciais da vida urbana capazes de gerar orgulho cívico.

Neste período também surgem documentos e legislação de salvaguarda dos centros históricos brasileiros e algumas organizações ampliam a sua preocupação com a preservação à escala mundial, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e local, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). As áreas históricas passam a ser reconhecidas como parte integrante do patrimônio e relacionadas com o planejamento urbano e paisagístico, no sentido de salvaguardar a vida e a integridade da sociedade.

2.2.4 A Reabilitação e Revitalização dos Centros Históricos

O centro histórico pode ser definido como o núcleo da cidade construído antes da época industrial, é o local onde se concentra o patrimônio edificado mais antigo. Neste local, podem se reconhecer os bens históricos de maior valor arquitetônico e

urbanístico da cidade, que são representativos da cultura e do seu passado histórico. Em geral, compreende a área mais antiga da cidade que se tornou, progressivamente, o centro da cidade moderna. Como citado anteriormente, dela se irradiaram outras áreas urbanas de acordo com o tempo e com o crescimento da população.

As construções históricas representam em si, um conjunto variado de valores que as identificam e as diferenciam das construções comuns. Significam valores arquitetônicos, valores históricos, simbólicos e de identidade – por representarem em formato físico parte história dos construtores e da localidade – e também valores emocionais. Determinadas construções também representam valores sociais, econômicos, políticos e/ou religiosos.

Segundo Alves (2012, p. 81), um dos grandes desafios da reabilitação das cidades é combater a desertificação dos centros históricos. A ação mais indicada é fixar pessoas através da geração de emprego e habitação. A reabilitação deve ser pautada em estratégias urbanas que dão vida às cidades, não somente estimulando a especulação financeira e imobiliária.

Desse modo, os processos de intervenção em centros urbanos podem ser divididos em três grandes períodos, essas três etapas: consistem na renovação urbana (1950 e 1960); no período da preservação urbana (1970 e 1990); e na reinvenção urbana, que surge de 1980 até aos dias de hoje. Esses processos renovaram os discursos e os conceitos sobre a cidade e esquematizaram novas estratégias de desenvolvimento urbano, mais especificamente a reinvenção urbana, pautada no regresso da centralidade para os centros históricos.

Cremos que chegou o tempo de a centralidade regressar ao centro histórico (...) Tempo de intervir metodicamente, estabelecendo metodologias e critérios que, de vez, impossibilitem a destruição, o fachadismo, a musealização, a especialização social e física, a monofuncionalidade; tempo de aproveitar as possibilidades estratégicas de desenhar cenários de futuro, definindo vocações, identificando oportunidades, planeando, promovendo a adesão efetiva, a pluralidade social. Intervir no centro histórico e na cidade consolidada, enquanto prioridade significa potenciar as mais valias da sua urbanidade que se vai perdendo, promover afixação e miscigenação da população (LOPES, 2012, p. 63).

Conforme Jacques Donzelot (2010), a cidade contemporânea possui três zonas: zonas de gentrificação (aburguesamento) para os centros urbanos com ilhas de habitação popular; ponto de partida das classes médias para as zonas de alojamentos uniformemente modestos em territórios do entorno urbano e zonas de exílio em periferia coletiva para os mais desfavorecidos e as novas classes perigosas.

A importância dada à recuperação dos centros das metrópoles, atualmente, se deve ao fato de melhorar a aparência da cidade, perpetuar a sua história, e consequentemente criar um espírito de comunidade e pertencimento.

Significa, também, promover a reutilização de seus edifícios e a consequente valorização do patrimônio construído; otimizar o uso da

infraestrutura estabelecida; dinamizar o comércio; gerar novos empregos. Em suma, implantar ações em busca da atração de investimentos, de moradores, de usuários e de turistas (VARGAS e CASTILHO, 2009, p. 5).

2.2.5 Aspectos sobre as Intervenções Patrimoniais

Nos anos que posteriores à década de 30, diversas organizações internacionais e nacionais elaboram cartas e declarações com o intuito de construir critérios para solucionar problemas relacionados com a preservação e conservação. Todas estas preocupações traduzem-se na elaboração de importantes documentos que preconizam estes novos princípios. A tabela abaixo (Tabela 01) ilustra algumas das cartas mais importantes.

DOCUMENTOS INTERNACIONAIS SOBRE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
1931 – Carta de Atenas 1954 – Convenção de Haya: Convênio Internacional Para a Proteção dos Bens Culturais em Caso De Conflito Armado 1964 – Carta de Veneza 1965 – Conferência Realizada em Washington que deu origem à Fundação do Patrimônio Mundial 1972 – Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural – UNESCO 1975 – Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico – Conselho da Europa 1981 – Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos – ICOMOS 1985 – Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico da Europa, em Granada – Conselho da Europa 1986 – Carta Internacional para a Conservação das cidades históricas, assinada em Toledo – ICOMOS 1987 – Carta Internacional par a Salvaguarda das Cidades Históricas – ICOMOS 1990 – Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico – ICOMOS 1991 – Recomendação nº R (91) 13 sobre a Proteção do Patrimônio Arquitetônico do Século XX – Conselho da Europa 1994 – Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada – 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana 1999 – Carta sobre o Patrimônio Construído Vernáculo – ICOMOS 2000 – Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e Restauro do Patrimônio Construído – Conferência Internacional sobre Conservação 2002 – Declaração de Budapeste sobre o Patrimônio Mundial – UNESCO 2005 – Convenção de Faro – Conselho da Europa 2009 – Declaração de Viena 2009 – Carta de Bruxelas 2010 – Orientações Técnicas para Aplicação do Patrimônio Mundial

Tabela 01 – Documentos Internacionais sobre Proteção e Conservação do Patrimônio. **Fonte:** Adaptado de Gomes, 2014, p. 95-96.

A Carta de Atenas, de outubro de 1931, foi o primeiro documento de caráter internacional a apresentar os princípios sobre a conservação e restauração. A Carta recomendava, entre os seus parágrafos, que

Na ocasião de construção de novos edifícios, o caráter e fisionomia da cidade deverão ser respeitados. Este documento é o precursor da tomada de consciência pelo entorno do monumento, sendo o ponto de partida para o posterior desenvolvimento da salvaguarda dos centros históricos (CARTA DE ATENAS, 1931).

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, diversos monumentos históricos passaram por demolições, chegando ao estado de ruína e necessitando serem reconstruídos. Após esse período, inúmeros congressos com vista ao estudo do estado de conservação dos monumentos foram realizados e múltiplas vozes a favor da defesa do patrimônio histórico arquitetônico e social dos centros históricos foram ouvidas, dando embasamento para a criação das cartas patrimoniais existentes.

Dentre as cartas existentes, a Carta de Veneza (1964) é o documento de maior representatividade e de maior influência na valorização do patrimônio histórico. Este documento aumentou o conceito de monumento histórico, que se estende a todo o conjunto representativo. A carta incentiva ações integradas que visam recuperar a regeneração física dos imóveis – incentivando seu uso pela população e, conseqüentemente, a atividade econômica – e define vários termos com significados substanciais que são utilizados até os dias atuais: reabilitação, revitalização e valorização, entre outros.

Os projetos urbanos precedidos do prefixo “re” – como revitalização, reabilitação, renovação, requalificação – têm como finalidade o resgate das áreas construídas degradadas que, em determinado momento, se tornaram abandonadas ou subutilizadas. Segundo Albrecht (2008), essas áreas, que já foram importantes e valorizadas em algum período da história, contém infraestrutura e edificações relevantes, merecedoras de serem preservadas.

3 PANORAMA DA EVOLUÇÃO DO TEMA

3.1 A Preservação do Patrimônio Edificado no Mundo

Após a Segunda Guerra Mundial, o principal alvo das políticas urbanas passou a ser a revitalização dos centros das cidades devido aos problemas que essas áreas enfrentavam. Neste período, a maioria dos países europeus passou a concentrar suas atividades de construção civil em ações de reabilitação e manutenção de áreas públicas e edifícios existentes, sendo precursores de uma nova era dos processos de intervenção, direcionados ao desenvolvimento urbano local. Os instrumentos implementados para a recuperação desses locais foram fundamentais na difusão da preservação do patrimônio histórico cultural no contexto mundial.

Conforme citado anteriormente, os processos de intervenção em centros urbanos podem ser divididos em três grandes períodos. No primeiro período – a fase de renovação urbana, entre os anos de 1950 e 1970 –, as reconstruções pós-guerra uniram-se à ideologia do urbanismo do Movimento Moderno. Denominada de “era

das demolições”, o processo de intervenção era caracterizado por demolir e construir grandes áreas centrais, com o pressuposto de renovar essas localidades. Grandes espaços eram demolidos e reconstruídos visando à reposição completa do tecido urbano central que, após terem sido bombardeados, encontravam-se deteriorados ou em decadência, especialmente os antigos centros.

Outra estratégia de recuperação dos centros deste período foi adoção do uso exclusivamente pedonal das ruas comerciais com o intuito de recuperar o comércio, no período entre 1957 e 1962, fechando as ruas ao trânsito automóvel (Vargas & Castilho, 2009, p. 7-15). Essa ação ocasionou um efeito ambíguo. Por um lado, os espaços públicos das áreas centrais passaram a ser supervalorizados após a destinação dos mesmos para o uso público, por outro, provocou a expulsão dos moradores desses centros, forçando-os a residirem em regiões mais distantes, conhecido como o processo de gentrificação, mencionado anteriormente.

A segunda fase – a preservação urbana de 1970 a 1990 – é caracterizada pela contradição ao movimento anterior, o modernismo. Os projetos do período de 1970 a 1990 são focados na preservação e a restauração de construções históricas, ao invés de construir novos edifícios. São restauradas “antigas estruturas industriais, estações de trem, armazéns, mercados e teatros, introduzindo nesses espaços o comércio e os serviços”. Nesta nova fase a preservação dos edifícios históricos é incorporada nos projetos de reestruturação das atividades dos centros. Privilegia-se manifestamente a preservação urbana, que passa a estar “presente nos discursos da elite cultural, da população local e da população em geral” (VARGAS & CASTILHO, 2009, p. 16-17).

Neste período houve o reconhecimento do patrimônio histórico e arquitetônico como elemento fundamental da identidade e cidadania, na valorização da memória e no discurso de que os centros das cidades seriam as partes essenciais da vida urbana capazes de gerar orgulho cívico. Políticas urbanas são estabelecidas promovendo o desenvolvimento das cidades aliado à preservação do patrimônio edificado. Nesta época, é publicada a maioria dos documentos e legislações de salvaguarda dos centros históricos à escala mundial.

O último período, o de reinvenção urbana – entre os anos de 1980 e 2000 –, é marcado pela globalização. Muda-se o conceito de cidade, que de lugar de produção passa-se a lugar do consumo, de destino final e permanência passa a ser considerado lugar de fluxos. A cidade agora é compreendida como um empreendimento a ser gerido, adotando princípios de planejamento estratégico. A gestão urbana é usada como uma política de governo e elemento catalisador dos projetos urbanísticos.

A procura por novas tecnologias na preservação dos edifícios tornou menos lucrativa a demolição e reconstrução, impulsionando ainda mais a cultura da reabilitação. A maioria dos países europeus já concentravam suas atividades de construção civil em ações de manutenção e reabilitação de edifícios existentes ao invés de construir novas habitações 30 anos antes do terceiro período de intervenções em centros urbanos, sendo ampliados nessa fase.

Em países como Itália, Portugal, França, Reino Unido e Dinamarca, as atividades de reabilitação em edifícios superam as de construção nova (Gráfico 01). Com

incentivos fiscais do governo, a reabilitação de edifícios supera as novas construções em volume de negócios, sendo este um nicho de mercado em ascensão desde o fim da segunda guerra mundial.

Especificamente na França, a produção de reabilitação de edifícios a partir da Segunda Guerra Mundial representa atualmente mais de 50% do total de volumes dos negócios da construção civil. A prática da reabilitação tornou-se uma realidade no momento em que se enquadrou dentro da política do Estado Francês que assumiu a missão de garantia do acesso à moradia a toda população, política implementada ao espelho da terceira fase do processo de intervenções em centros urbanos.

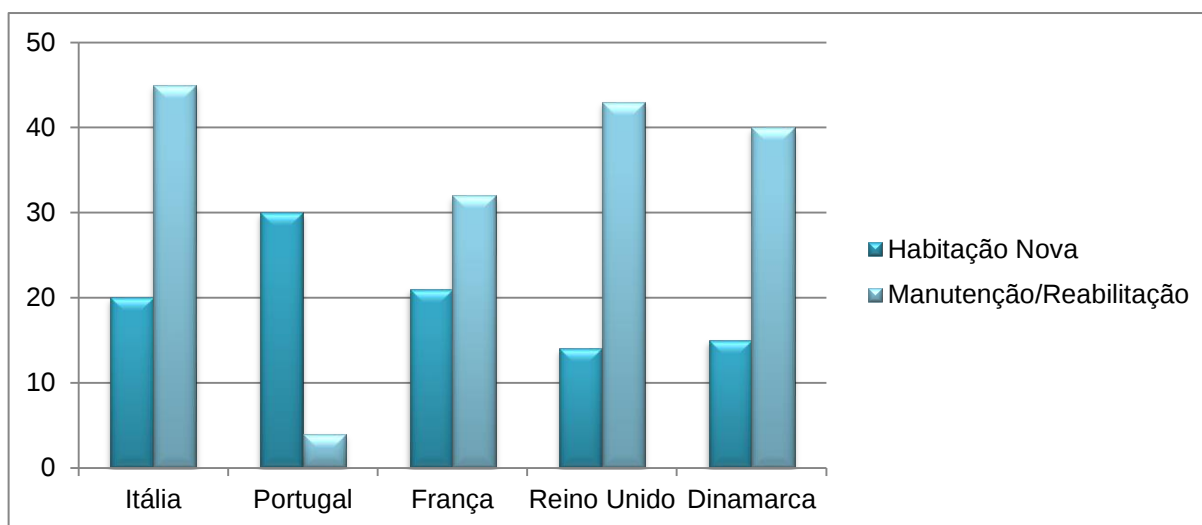


Gráfico 01: Percentuais do total de atividades de construção para habitações novas e manutenção/reabilitação nos países europeus (1997).

Fonte: Adaptado de Barrientos & Qualharini, 2002, p. 16.

Na América Latina, uma série de cidades passa por recuperação em centros históricos na década de 1990, como São Paulo, Quito, Buenos Aires, Lima, Bogotá, Havana, Rio de Janeiro, Salvador, São José e São Salvador, com vista a revalorização dos centros (Vargas & Castilho, 2009).

3.2 A Preservação do Patrimônio Edificado no Brasil

Durante o decorrer do século XIX, a situação social e econômica pela qual o Brasil passava era caracterizada pela abertura à cultura europeia em geral. Esses valores culturais europeus eram materializados também na arquitetura da elite brasileira, incentivando a mesma materialização nas paisagens das metrópoles nacionais, outrora coloniais, consideradas atrasadas e primitivas. Essa noção de modernidade fomentou as reformas urbanas no início do século XX, varrendo do mapa das cidades largas áreas do antigo núcleo colonial, demolindo e reformando para dar lugar ao novo, como aconteceu com São Paulo e Rio de Janeiro.

As manifestações culturais nacionais só voltaram a ser revalorizadas no período Neocoloniais (a partir da década de 1920), onde algumas propostas de proteção de bens culturais fundamentais para a formação da identidade nacional foram levantadas. A adoção de mecanismos de salvaguarda dos edifícios históricos de Ouro Preto foi um dos primeiros episódios de reconhecimento da necessidade de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro.

Em 30 de novembro de 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) por meio de um decreto presidencial de Getúlio Vargas, a partir da crescente necessidade de proteção cultural nacional, sendo este um dos primeiros atos após a decretação do Estado Novo. Artistas e intelectuais compuseram a “Academia do SPHAN”: Carlos Drumond de Andrade, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Rodrigo Mello Franco de Andrade, entre outros. Essa equipe elegia, após estudos detalhados, o que tomba, como situar e explicar essa obra, como cuidar da obra tombada, entre outras questões técnicas.

A concepção do patrimônio foi elaborada, inicialmente, pela apreciação estética, servindo de base para a definição da tradição cultural brasileira. Anos mais tarde, o ideário do regime militar autoritário (1964-1985) adotou políticas de preservação pautadas na “cultura do colonizador”, onde as minorias culturais e étnicas não possuíam representatividade cultural, ficando à parte da representatividade à nação.

Em 1965 o SPHAN cria um acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) visando modernizar e gerir o patrimônio brasileiro. Essa organização teve como principal objetivo motivar a interlocução entre os agentes do setor público, privado (proprietários) e Igreja com o interesse comum de sensibilizar esses agentes quanto à preservação e desenvolvimento de bens culturais de suas propriedades.

Essa atribuição de valor econômico ao patrimônio com o intuito de gerar renda por meio de turismo causado pela visibilidade pública, causou grande contradição entre os agentes envolvidos, uma vez que o bem material ou imaterial – agora considerado patrimônio cultural – não tem valor (imensurável financeiramente).

Em 1946 o SPHAN tem o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970 o DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como é conhecido até os dias atuais. Vinculado ao Ministério da Cultura, o IPHAN continua sendo o órgão federal que representa toda a cultura brasileira, sendo também o Instituto que protege os bens acautelados pela UNESCO no Brasil.

3.3 A Preservação do Patrimônio Edificado em Cuiabá

3.3.1 A Formação do Núcleo Urbano de Cuiabá

A cidade de Cuiabá surgiu a partir do avanço das bandeiras da Capitania de São Paulo dentro do território brasileiro. Foram os paulistas, em busca de metais preciosos e de mão de obra indígena, que se fixaram em território mato-grossense. A área que deu origem à cidade de Cuiabá foi descoberta no início do século XVIII, às margens de um córrego.

Foi o sorocabano Pascoal Moreira Cabral quem fundou o arraial da Forquilha, em 8 de abril de 1719, na região do Coxipó do Ouro. Em 1722, dois índios em busca de mel encontraram ouro, no córrego da Prainha. No ponto mais alto próximo a esse córrego, levantou-se uma igreja de cobertura de palha, onde posteriormente foi erguida a Igreja do Rosário e uma capela a São Benedito, esta erigida por escravos.

A notícia da descoberta de ouro atraiu forasteiros, o que ocasionou o crescimento do arraial. Para ordenar o local e recolher o imposto sobre o ouro devido à Coroa portuguesa, chamado quinto, o capitão-general da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes dirigiu-se ao arraial. Garimpeiros fugiram para outras localidades para não pagar o imposto à Coroa, formando assim, novos povoados, que originaram outros arraiais. Cuiabá foi elevada à categoria de vila em 1727. Entretanto, somente em 1748 foi criada a Capitania de Mato Grosso, já desmembrada de São Paulo por motivos estratégicos.

O primeiro capitão-general da nova capitania foi D. Antônio Rolim de Moura, que fundou a capital em Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752. Toda a administração foi transferida de Cuiabá para a nova capital até 1761. Somente no final do século XVIII, devido à insalubridade na região de Vila Bela, os capitães-generais deslocaram a administração para Cuiabá, quando em 1835, tornou-se oficialmente capital da Província do Império. A vila já havia sido elevada à categoria de capital em 1818 (Conte & Freire, 2005, p. 23-4).

Desde então, diversas mudanças ocorreram em Cuiabá: em 1838, pela primeira vez o córrego da Prainha foi canalizado, as ruas ganharam calçamento de pedra cristal e a iluminação com lâmpões. A cidade começou a crescer em direção ao Porto.

A cidade passou por diversas transformações urbanas, em especial ao longo da Prainha, que foi canalizada definitivamente na década de 1960. As ruas mais antigas da cidade que surgiram nas proximidades desse leito aquífero foram às denominadas Rua de Cima, atual Rua Pedro Celestino, a Rua do Meio, hoje Rua Ricardo Franco/Governador Rondon (trecho entre a Praça Conde de Azambuja e o Beco Alto, segundo Siqueira (2006) e a Rua de Baixo, atual Galdino Pimentel e 7 de Setembro. Eram nessas vias que a cidade se movimentava e começava a se desenvolver. As ruas antigas acompanharam a topografia do local, compondo uma malha urbana orgânica.

Foi nesse núcleo que a cidade nasceu e em que seus casarões coloniais foram construídos. Trata-se de um centro antigo, com presença de trocas comerciais, de representação política e de festejos culturais.

3.3.2 A preservação do Centro Histórico de Cuiabá

No centro histórico de Cuiabá, atualmente existe um grande número de imóveis fechados ou abandonados causando uma desvalorização na região como um todo. Há, aproximadamente, 400 imóveis na área tombada federal e 600 em sua área de entorno (CONTE e FREIRE, 2005).

Nos anos 1950 iniciaram-se as demolições de casarões antigos na região central da cidade para dar lugar aos prédios mais funcionais, pois neste período o centro já despontava para o uso comercial.

A demolição da antiga catedral de Cuiabá, ocorrida em 1968, é considerada um dos momentos mais traumáticos de perda de um bem pelos cuiabanos. A comoção da população, que se posicionou contrária à implosão da igreja matriz, não foi suficiente para evitar sua demolição.

Outro aspecto que influenciou as mudanças na arquitetura do centro da cidade seria a efetivação das obras oficiais.

Segundo Ferreira (2017, p. 91),

Ressalta-se que apesar das obras oficiais terem respeitado o traçado urbano da cidade, avalia-se que elas foram relevantes e influenciaram as mudanças da arquitetura da área reconhecida como “área do poder”, motivando as futuras construções que estavam por vir como, por exemplo, a demolição da Catedral e do Palácio Alencastro. A partir das obras oficiais, as mudanças ali seriam bastante representativas, devido ao significado daquela área na organização da cidade. Devido a ideia de representatividade, as mudanças ali ocorridas deixariam marcado a imagem da cidade como merecedora do título de capital do estado, afastando com isso o medo de perder esse título para a cidade de Campo Grande.

Entende-se que as mudanças ocorridas tendo como cenário, o atual Centro Histórico de Cuiabá, não ocorreram em momentos isolados e estanques, mas sim, foram fruto de ideias de progresso.

A preocupação de historiadores, arquitetos e entusiastas da preservação do patrimônio levou a criação de um grupo pró-tombamento na década de 1980, que inventariou os casarios remanescentes dos séculos, XVIII, XIX e XX para subsidiar o processo de tombamento federal.

Em 1985, o município tombou provisoriamente o centro e o Porto. O tombamento federal só ocorreu em 1987, provisoriamente, e foi homologado em 1992. O momento histórico que o tombamento buscou proteger é representado pelos casarios setecentistas que deram origem à capital do estado de Mato Grosso.

Segundo Conte & Freire (2005, p. 41),

O tombamento justifica-se porque a área mantém íntegro o traçado urbano colonial e sobre ele guarda as marcas do processo cultural de Cuiabá: os casarões do século XVIII (ainda que alguns modificados), as edificações ecléticas do século XIX e mesmo exemplares da arquitetura dos anos 50 e 60 do século XX tão comum nas cidades brasileiras. Esse acervo construído “conta” a história da formação do centro – sendo, portanto, expressão cultural da cidade – e das atividades ali desenvolvidas.

Pode-se afirmar que o centro é a própria história da cidade, seu espaço urbano e arquitetura dão-lhe personalidade histórico-cultural e conferem-lhe identidade. No entanto, o desenvolvimento experimentado por Cuiabá nos últimos anos vem exercendo forte pressão sobre o Centro da Cidade. O atual crescimento acelerado vem provocando a descaracterização de praças e da arquitetura; além da alteração das relações entre seus componentes.

O tombamento e a preservação do Centro Histórico da cidade demonstram o seu valor cultural. A área tombada possui 13,1ha e compreende aproximadamente 1000 edifícios que datam dos séculos XVIII, XIX e XX, trazendo o traçado urbano colonial em toda sua integridade (IPDU, 2010).

A partir do tombamento, a preservação da memória de Cuiabá e do Centro-Oeste pôde ser protegida, através da conservação das edificações, logradouros e a paisagem, suporte físico da cultura herdada pelos cuiabanos de outrora, que assim incorpora, acolhe e perdura (IPDU, 2010).

Isso também assegura a importância histórica e cultural do centro da cidade, principalmente na área onde o arruamento da antiga Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá permanece quase inteiro, compondo as variadas tipologias arquitetônicas de quase 300 anos de evolução urbana e cultural.

O fato de diversos imóveis localizados no centro histórico de Cuiabá estarem em estado de degradação e consequente abandono por parte de seus proprietários faz com que os mesmos sejam invadidos e utilizados como moradia por moradores de rua ou marginais, desta maneira, passando uma sensação de insegurança a quem circula pela região em horários não comerciais. Por isso, ela não frequenta o espaço, e assim a falta de uso dos imóveis e espaços públicos se agrava cada vez mais. Assim, o Centro incentiva medo à população, acarretando o aumento da discriminação com a região.

A falta de investimento na manutenção e conservação gera um parque de imóveis privados degradados ou ultrapassados que vão ficando para trás, enquanto a cidade vai crescendo em outras direções. Esse movimento pode ser infundável se as cidades não voltarem a crescer para dentro, recuperando o investimento, público e privado, feito em outras épocas. (Programa MONUMENTA, 2009, p. 28).

A cidade de Cuiabá – a espelho de outros municípios que possuem centros históricos tombados pelas esferas federais, estaduais ou municipais – oferece incentivos fiscais do município incentivam a preservação de imóveis de valor histórico e urbanístico no município. A Lei Complementar nº 231 e 232 de 2011, que dispõe sobre o Uso, Ocupação e Urbanização do Solo, apresentam nos artigos

Art. 34 O Município concederá incentivos fiscais, através de legislação específica, para os imóveis localizados no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico tombado pela União, quando devidamente preservados nas suas características arquitetônicas originais.

Art. 35 O Município concederá incentivos fiscais, através de legislação específica, para empresas estabelecidas no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico tombado pela União, que adotarem horário alternativo de funcionamento.

Art. 36 Os imóveis preservados ou recuperados de acordo com as especificações do órgão federal de patrimônio histórico ficarão isentos de IPTU enquanto permanecerem em bom estado. (CUIABÁ, 2011, p. 24-25).

Dentre essas leis, a isenção de Imposto Predial é dada a imóveis que permanecerem em bom estado de conservação, a ser atestado anualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional após ser requerida pelos proprietários ou inquilinos.

4 OS LGBT NOS TEMPOS ATUAIS E O PROCESSO DE EXCLUSÃO

No Brasil, segundo pesquisa do projeto “Sexualidade”, são cerca de seis milhões de pessoas nessa situação. Entre homo e bissexuais, 7,9% dos homens e 3,3% das mulheres se declararam gays. Adotando a mesma estatística do projeto “Sexualidade”, estima-se que em Cuiabá, 21.267mil homens e 9.302mil mulheres são gays.

A exclusão social de LGBTs é vista por olhos conservadores – extremistas – como uma consequência de escolhas ruins. É popularmente ligada ao isolamento pelo indivíduo não se encaixar nos padrões e regras impostas no convívio social. Fomentando assim, a marginalização de indivíduos LGBTs e dificultando à ressocialização, uma vez que em grande maioria, os mesmos são rejeitados por suas próprias famílias.

Não se trata apenas de uma consequência lógica, pois o processo de exclusão se inicia junto à autoaceitação e com o processo de se assumir para o mundo a sua volta; o indivíduo LGBT vai conhecendo o quão dura pode ser a realidade da ausência de respeito com escolhas individuais de maneira lenta e persistente, é comum que pessoas próximas se afastem, que parente ou conhecidos afeiçoados, se tornem desconhecidos. Além disso, a vida profissional também pode ser afetada, uma vez que a maioria dos empregadores façam da aparência física um quesito para que o emprego seja mantido, tornando assim pouco viável a empregabilidade de LGBTs por ser fora do padrão conservador em boa parte dos casos.

Desta maneira, os LGBTs em situação de rua, se encontram totalmente deslocados e amputados do mercado de trabalho, fazendo com que a saída da rua seja complexa.

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais de maneira violenta em todo o mundo, infelizmente a expectativa de vida é de 35 anos de idade, um número bastante preocupante, pois indica claramente ao risco constantemente presente.

Em pesquisa feita pela CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos, foi apontado que entre os anos 2011 e 2015, 891 pessoas transexuais foram assassinadas no Brasil, sendo a grande maioria por morte violenta; na América do Sul e América Central totalizam 1500 pessoas transexuais assassinadas.

Deste modo, muitos LGBTs vivem em situação de rua, marginalizados, restando a prostituição para sobrevivência. A ausência de estrutura psicológica, em decorrência da opressão sofrida, os coloca em situação vulnerável ao uso de drogas. Assim, dificultando mais ainda a reabilitação social, uma vez que os mesmos acabam aceitando essa dura realidade injustamente como consequência de escolhas ruins, segundo o julgamento do conservadorismo social.

O preconceito e a homofobia eliminam diversas oportunidades de suporte para uma vida independente e segura aos LGBTs, fazendo com que a expectativa de vida não ultrapasse os 35 anos de idade.

5 ASPECTOS RELEVANTES ESPECÍFICOS PARA A ABORDAGEM DO TEMA

O público alvo deste projeto são pessoas que, de algum modo, sofreram ou passaram por situações vexatórias vinculadas às questões relacionadas à sua orientação sexual e questões de gênero – sendo elas lésbicas, travestis, bissexuais, transexuais – sujeitas a todos os tipos de mazelas sociais, como ataques e agressões motivados pela intolerância à diversidade sexual.

Segundo o site americano Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer, Intersex, Asexual Resource Center (2017) (Centro de Recurso Lésbico, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer, Intersexo e Assexual), dentro do grupo LGBT estão lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, conforme a seguir:

A letra “L” em LGBT representa a lesbianidade, que é o termo utilizado em referência à homossexualidade feminina; ou seja, mulheres que se atraem por outras mulheres.

A letra “G”, representa a homossexualidade masculina, fazendo referência a homens que se atraem por outros homens, popularmente conhecidos como Gays.

A letra “B”, representa a bissexualidade, fazendo referência a pessoas que se sentem atraídas por ambos gêneros, homens e mulheres, em maior ou menor grau.

A letra “T”, representa travestis, transexuais e transgêneros. Travestis, são pessoas que se vestem e se identificam de modo característicos ao sexo oposto. Transexualidade refere a indivíduos cujo a identidade de gênero é diferente da designada pelo órgão sexual, ou seja, indivíduos que se sentem presos em um corpo do sexo oposto ao que se sentem ser. Transgêneros, são pessoas que assim como os transexuais, podem não se identificar com o gênero designado pelo órgão sexual, mas que não se sentem totalmente masculinos ou totalmente femininos.

6 ESTUDO DE PROJETOS PRECEDENTES

6.1 Habitação de Interesse Social em Imóveis Vazios e Malconservados do Centro Antigo de Cuiabá/MT

Como projeto de referência, adotou-se o Trabalho Final de Graduação (TFG) do ano de 2013 da então universitária em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cuiabá (UNIC) Mirela Pissurno, o qual tem como tema a recuperação de imóveis vazios e malconservados do centro antigo de Cuiabá, visando convertê-los em habitações de interesse social.

O projeto de referência tem muita similaridade com o tema deste trabalho pelos imóveis em estudo possuírem estilos arquitetônicos do mesmo século do imóvel estudado.

A proposta é adotar a mesma metodologia arquitetônica do trabalho em estudo na proposta de revitalização da Gráfica Pepe, buscando as mínimas modificações possíveis na implantação da Casa Temporária para a população LGBT no imóvel novecentista, conforme preconiza as normativas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) quanto às intervenções em imóveis históricos.

O projeto de referência buscou preservar os mesmos ritmos de aberturas das fachadas e o método construtivo dos imóveis, propondo apenas poucas modificações internas, como instalação de divisórias reversíveis, conforme a figura a seguir (Figura 02).

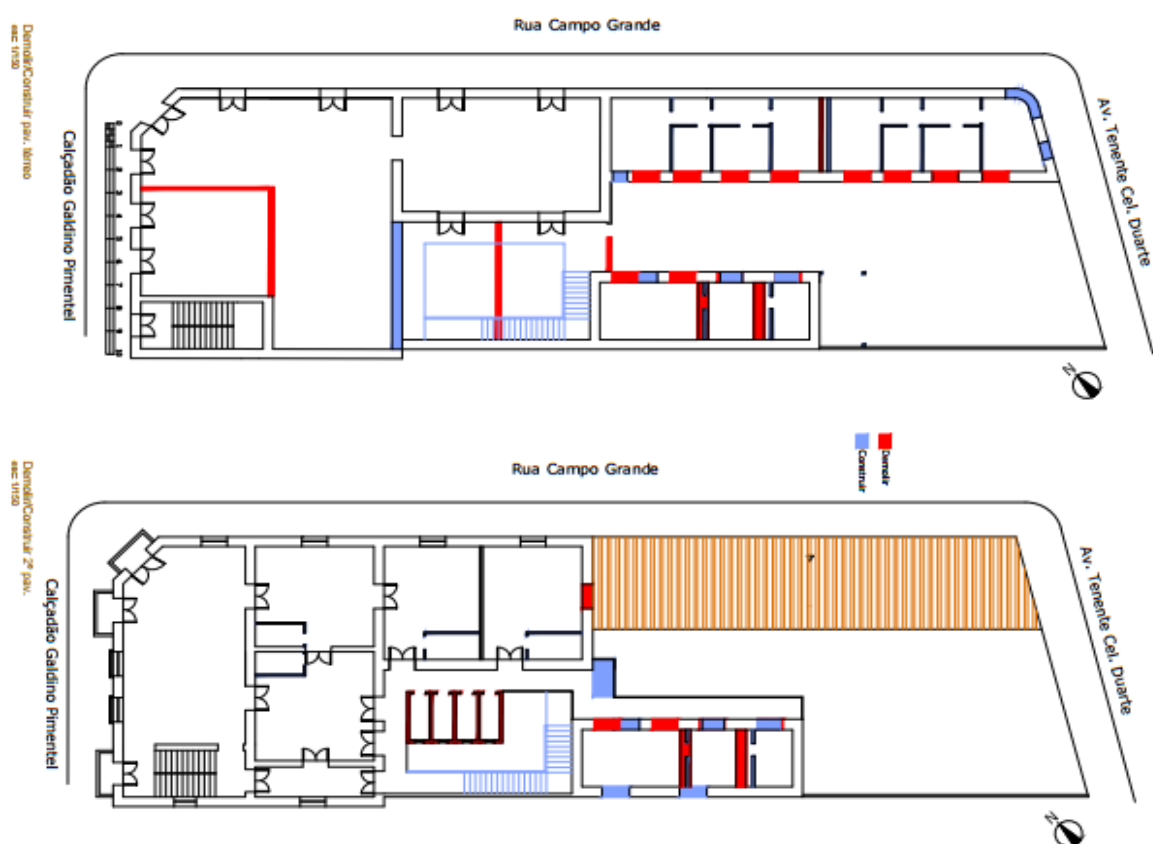


Figura 02: Proposta da Casa Orlando – Demolir e Construir.

Fonte: Mirella Pissurno, 2014.

6.2 Casa 1

A Casa 1 trata-se de uma obra construída semelhante ao tema proposto: é um centro de acolhimento de LGBTs expulsos de Casa e um Centro Cultural na região central de São Paulo. A Casa 1 surgiu em 2015 quando o jornalista Iran Giusti abriu as portas do seu apartamento para receber LGBTs que haviam sido expulsos de suas residências, com a alta demanda, ao lado do estudante de relações

públicas Otávio Salles, e da Agência de Comunicação Quatro e Um realizaram um financiamento coletivo via plataforma online, onde arrecadaram cerca de R\$112 mil e alugaram por um ano um sobrado na Bela Vista, região central de São Paulo (site BENFEITORIA, 2016).

Aberto no dia 25 de janeiro de 2017, o sobrado é a residência de 12 moradores em uma república de acolhimento, e também um Centro Cultural composto de salão de exposição, sala de cursos, palestras e workshops e uma biblioteca aberta ao público (Figura 03).

Segundo a matéria divulgada no site do Estadão, a Casa 1 já conta com cinco abrigados, sendo duas travestis e três gays, que vêm de lugares como Rio de Janeiro, periferia de São Paulo e até do interior de Sergipe. Todos com histórias parecidas, acharam no espaço uma oportunidade de recomeçar.

De fácil acesso aos moradores e aos visitantes, a casa é um espaço aberto, funcionando das 10h às 22h todos os dias para receber quem precisa de apoio, lazer, entretenimento e, se quiser, colocar em prática seus projetos, atendendo toda a comunidade por meio de cursos e debates culturais promovidos regularmente.



Figura 03: Fachada da Casa 1.
Fonte: Dhyogo Oliveira, 2017.

6.3 Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável – CIEDS/RJ

O CIEDS é uma Instituição Social filantrópica sem fins lucrativos que promove políticas públicas efetivas patrocinadas por investimentos sociais. Criado em 1988, o Instituto já realizou 400 projetos distribuídos em três eixos de atuação: Educação e Cidadania, Inclusão Social e Bem-estar, Empreendedorismo e Inovação Social com o patrocínio de grandes empresas, como Shell, Banco Itaú, Banco do Brasil, Petrobrás, Organização Pan-Americana de Saúde, Aeroporto Internacional de Guarulhos e White Martins.

Eleita a 3ª melhor Organização Não Governamental (ONG) do Brasil e a 78ª melhor ONG do mundo, a organização atua colaborativamente em redes, respeitando a diversidade étnica, social e sexual, valorizar os saberes e culturas do público atendido, empoderando-os.

Com sede no Rio de Janeiro/RJ, o CIEDS possui filiais em São Paulo/SP e em Pacajus/CE, mas possui programas sociais sendo aplicados em todo o país. O Centro ocupa todo um pavimento do edifício comercial Garagem São Bento, localizado na Rua Conselheiro Saraiva, nº 28, oitavo andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ.

Após visita ao CIEDS/RJ, contatou-se que todos ambientes da organização são separados por divisórias de vidro e adesivo fosco, propiciando a iluminação natural, permitindo maior conectividade entre todos os ambientes, unindo os espaços corporativos e colaborativos. As tubulações de elétrica, hidráulica, lógica e de incêndio são aparentes, sem a presença de forro nos ambientes. O mobiliário utilizado nas áreas sociais é de material reciclado, como madeira e papelão (Figura 04 e 05).



Figura 04: Vista interna da edificação.
Fonte: Próprio Autor, 2017

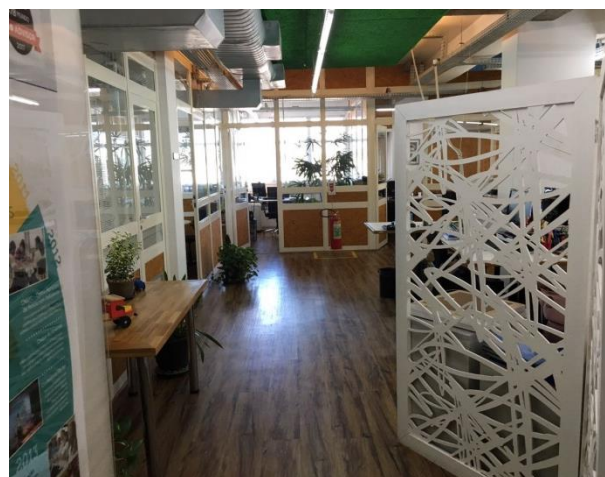


Figura 05: Vista interna da edificação.
Fonte: Próprio Autor, 2017.

Deste projeto serão utilizadas como referência as divisórias existentes entre as salas de escritório, a adoção de tubulações aparentes, os mobiliários reciclados, um dos fomentadores da sustentabilidade e a presença de paisagismo em todo perímetro do escritório técnico.

7 O IMÓVEL EM ESTUDO

A forma de organizar os seguintes tópicos referentes ao imóvel histórico em estudo foi baseada na classificação adotada por Coelho (2003), fundamentada em critérios de autenticidade, qualidade e originalidade. Essa classificação é utilizada em imóveis que constituem testemunhos da história, arquitetura e social do município onde está inserido.

7.1 Identificação do Imóvel

O casarão em estudo foi construído com características coloniais para servir de residência para o Governante de Mato Grosso naquele período, o Coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce, o primeiro morador que se tem notícia. Posteriormente, foi morada do então prefeito de Cuiabá Tenente Coronel Avelino Siqueira, com gestão de 1910 a 1911. Somente sob sua posse que o imóvel passou a ter características arquitetônicas ecléticas, como se encontra atualmente.

Casa Avelino de Siqueira. Ainda se faz presente o edifício em estilo neoclássico da “Rua de Baixo”, de propriedade da família Avelino de Siqueira, onde, por muito tempo, funcionou a tipografia do Sr. Avelino de Siqueira, mais tarde a popular Livraria Pepe. Nesse casarão residiu o Coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce, governante de Mato Grosso por duas gestões: 1892 e 1907 (SIQUEIRA et al, 2006, p. 46).

Até o ano de 1995 os herdeiros da família Hugueney ainda viviam no imóvel. No momento com uso misto, funcionava no casarão a conhecida Livraria Pepe que possuía serviços de tipografia (Figura 06).

Ali viveu e ainda vive a família Hugueney. Seu Avelino de Siqueira, ex-prefeito, que trouxe da Europa o coreto que estava no Jardim Alencastro, e depois foi para o Ipiranga. D. Sinhá, sua esposa e seus filhos, Alcindo, Maninho, Deca, Jacy, Noca, Nally, Diva, Pepe, Elcy, Maria... quanta gente de trabalho intenso, a vida toda. Fica no trecho da Rua de Baixo que, por sair do “alinhamento curvo” daquela rua, passou a chamar-se 7 de Setembro (VELASCO, 1998, p. 39).



Figura 06: “Casa de Avelino de Siqueira. A foto de 1906 mostra o jardim interno do casarão”.

Fonte: ANDREATTO apud SIQUEIRA, (2007, p. 51).

7.2 Localização Administrativa

Segundo o mapa de abairramento do município de Cuiabá, a área de estudo está localizada na Região Oeste do município. Conforme o IPDU, a Região Oeste é composta por 98 localidades, entre loteamentos regulares e clandestinos, assentamentos informais, núcleos habitacionais e condomínios, distribuídas em 24 bairros e uma área de expansão urbana.

O imóvel em estudo está localizado na Rua 07 de Setembro, nº 349 e Rua Engenheiro Ricardo Franco, nº 318, bairro Centro Norte, o imóvel – com duas fachadas – encontra-se na área de Tombamento do Centro histórico de Cuiabá (Figura 07).

Conforme a Prefeitura Municipal de Cuiabá, o imóvel possui 25 metros de testada em ambas fachadas. O terreno de aproximadamente 725,07² têm 630,38m² de área construída, correspondendo a 86,94% de taxa de ocupação. A alta taxa de área construída em lotes em Centros Históricos é um problema recorrente pelas edificações que nelas são edificadas, terem sido construídas antes da vigência de legislações de Uso e Ocupação do Solo, não sendo incomum encontrar imóveis sem nenhuma taxa de permeabilidade.

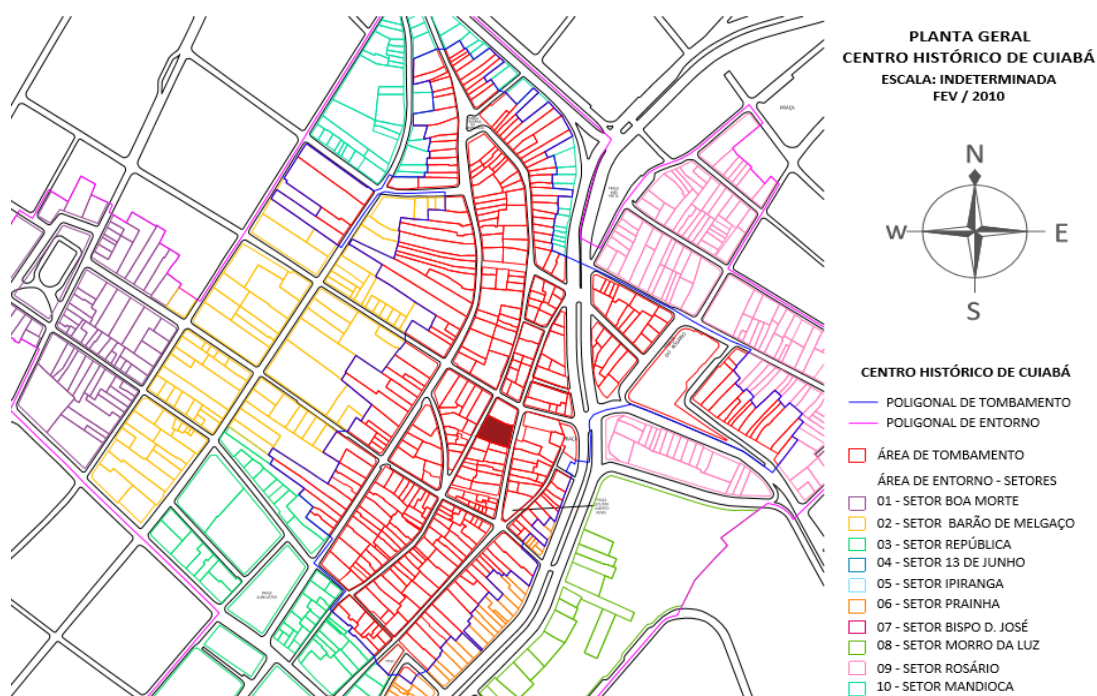


Figura 07: Região do Centro Histórico de Cuiabá.

Fonte: IPHAN, 2010.

Localizado na ZIH 1 da Planta de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo de Cuiabá, o casarão está inserido em uma área constituída pelo conjunto arquitetônico urbanístico e paisagístico e sua área de entorno tombados pela União (Figura 08).

ÍNDICES URBANÍSTICOS								
Zonas Urbanas	Coefficiente de Ocupação (CO)	Cobertura vegetal paisagística (CVP)	Cobertura Vegetal Arbórea (CVA)	Coefficiente de Permeabilidade (CP) [1]	Potencial Construtivo (PC)	Limite de Adensamento (LA)	Potencial Construtivo Excedente (PCE)	Gabarito de Altura
ZUM	0,50	0,20	0,05	0,25	1,00	3,00	2,00	-
ZEX	0,15	[2]	0,85	0,85	0,15	0,15	0,00	-
ZPR	0,50	0,20	0,05	0,25	1,00	2,00	1,00	12,00
ZAC	0,80	0,20	-	0,20	2,00	3,00	1,00	-
ZCR	0,80	0,20	-	0,20	2,00	3,00	1,00	-
ZIA 1	0,15	0,20	0,50	0,70	1,00	1,00	0,00	-
ZIA 2	0,05	0,05	0,85	0,90	0,50	0,50	0,00	-
ZIA 3	0,05	0,00	0,95	0,95	0,10	0,10	0,00	-
ZIH	0,80	0,20	-	0,20	3,00	3,00	0,00	-

Figura 08: Índices Urbanísticos.
Fonte: Câmara Municipal de Cuiabá, 2005.

A figura abaixo explicita a hierarquização viária das ruas do Centro Histórico de Cuiabá, classificadas como Principais: Avenida Presidente Marques e a Avenida Mato Grosso e Estruturais: Avenida Tenente Coronel Duarte e Isaac Póvoas. Todas as demais vias são caracterizadas como locais. (Figura 09).

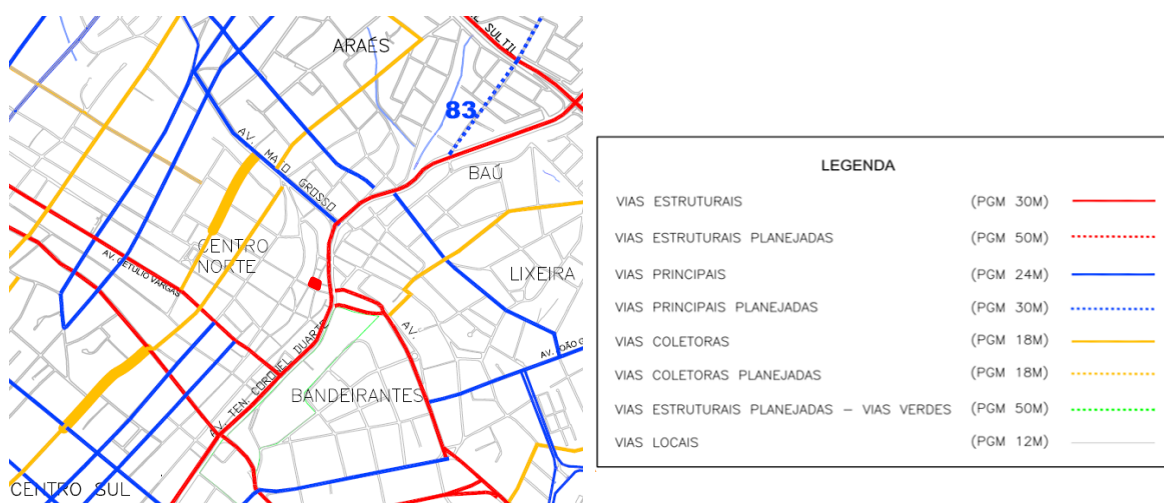


Figura 09: Mapa de Hierarquização viária de Cuiabá.
Fonte: Prefeitura Municipal de Cuiabá, 2011.

7.3 Contextualização Histórica e Arquitetônica do Imóvel

O imóvel funcionou como gráfica, papelaria e livraria até 1995, foi construído no período colonial, mais precisamente na segunda metade do século XIX, o imóvel possui paredes de constituídas de taipa de pilão, adobe (materiais amplamente utilizados nas construções da época), tijolos maciços e tijolos de seis furos. Os diversos métodos construtivos foram sendo adotados a cada nova intervenção em que o imóvel passava (Figura 10).



Figura 10: “Vista parcial da Casa de “Avelino de Siqueira”, na década de 1970 – Livraria Pepe”.
Fonte: ANDREATTO apud SIQUEIRA, p. 51, 2007.

O casarão é conhecido por ser palco das reuniões que motivaram a fundação do Misto Esporte Clube, um dos times de futebol profissional de Cuiabá, sendo a edificação representativa do acervo material e espiritual fundador da própria identidade e manifestação regional.

A edificação possui fachadas caracterizadas como ecléticas, por possuir demasiados ornamentos que fazem referência a diversos períodos arquitetônicos. Sua planta baixa ocupa todo o perímetro do terreno e apresenta duas fachadas em ruas opostas (Rua 7 de Setembro, sendo essa a fachada principal, e Rua Engenheiro Ricardo Franco), como ilustrado nas Figura 11 e Figura 12.



Figura 11: Fachada da Rua 07 de Setembro.
Fonte: Próprio Autor, 2017.



Figura 12: Fachada da Rua Engenheiro Ricardo Franco.
Fonte: Próprio Autor, 2017.

7.4 Infraestruturas Existentes

O Centro Histórico de Cuiabá conta com vias pavimentadas e calçadas, onde há o comércio popular de grande fluxo. A rede elétrica pública é presente em todas as ruas, assim como a água encanada. Não há coleta de esgoto, assim como a canalização de gás. O transporte público é presente somente na Avenida Getúlio Vargas (via principal). A infraestrutura básica é presente no imóvel em estudo. Na época de construção, 3 poços de água abasteciam o imóvel. Atualmente, o casarão possui água encanada. A rede elétrica, de telefonia e lógica também se fazem presente. A rede de esgotamento é feita por meio de fossa séptica.

7.5 Estado de Conservação

Após visitas in loco, constatou-se que o imóvel se encontrava em péssimo estado de conservação e preservação, além de estar totalmente subaproveitado. Os elementos construtivos, como paredes, pisos, forros, coberturas e estrutura de todos os ambientes apresentavam patologias, como pode ser visto nas figuras 13 a 18.



Figura 13: Eflorescência na parede.
Fonte: Próprio Autor, 2017.



Figura 14: Atual sala de espera da antiga gráfica.
Fonte: Próprio Autor, 2017.



Figura 15: Forro de um dos ambientes do imóvel.
Fonte: Próprio Autor, 2017.



Figura 16: Lixiviação das paredes.
Fonte: Próprio Autor, 2017.



Figura 17: Cobertura do imóvel sendo apoiada com peças de madeira improvisadas.
Fonte: Próprio Autor, 2017.



Figura 18: O mato alto toma conta do pátio.
Fonte: Próprio Autor, 2017.

Dentre as patologias encontradas, as mais comuns estão listadas a seguir (Tabela 02). Os elementos destinados a substituir as partes destruídas ou em falta da edificação deverão se integrar harmonicamente ao conjunto, distinguindo-se do original, sempre levando em consideração os conhecimentos a respeito do patrimônio histórico, juntamente com o reconhecimento do valor histórico e arquitetônico e conhecimento dos antigos processos e materiais de construção. O mapeamento de danos está classificado nas pranchas 06, 07, 08 e 09 em anexo.

TRATAMENTO DAS PATOLOGIAS	
Paredes	- Tratamento das rachaduras e aberturas entre paredes existentes com o método espinha de peixe; - Eliminação de agentes xilófagos; - Aplicação de novo reboco.
Pisos	- Substituição de peças danificadas.
Forros	- Instalação de novo forro de madeira em todo imóvel preservando os desenhos existentes.
Cobertura	- Instalação de novo madeiramento e telhas cerâmicas do tipo colonial mantendo a inclinação das águas.
Estrutura	- Substituição dos esteios danificados. - Instalação de tirantes de aço para equilibrar as paredes.

Tabela 02: Jardim Interno do imóvel.
Fonte: Próprio Autor, 2017.

7.6 Levantamento Arquitetônico

Durante a visita in loco, fez-se a medição de todos os ambientes do imóvel para a obtenção das plantas necessárias para a execução do projeto com o auxílio de uma prancheta, lapiseiras, trena métrica e trena eletrônica. Posteriormente, os levantamentos foram refeitos no software AutoCAD em formato 2D e SketchUP, em 3D.

O levantamento fotográfico foi realizado como instrumento de mapeamento de danos (Figura 19 e 20), sendo esta uma ferramenta que permite a leitura rigorosa dos detalhes característicos e das patologias a serem descritas posteriormente, nos softwares específicos.



Figura 19: Levantamento in loco – Fachada Rua Sete de Setembro.
Fonte: Próprio Autor, 2017.



Figura 20: Levantamento in loco – Fachada Rua Ricardo Franco.
Fonte: Próprio Autor, 2017.

8 PARTIDO ARQUITETÔNICO

Em conformidade com o Decreto de Lei nº25 de 30/11/1937 existente em Brasil (1937), qualquer intervenção a ser feita em um imóvel tombado, tais como: reparação, pintura ou restauração, deverá apresentar uma prévia autorização especial do IPHAN.

De acordo com tal publicação, as intervenções a serem realizadas em edificações públicas ou privadas situadas nesta área, devem preservá-las em sua integridade, bem como seus elementos arquitetônicos, fachadas, telhados, paredes, pisos e técnicas construtivas, próprios da região durante os séculos XVIII e XIX, aos quais se associaram elementos formais arquitetônicos do século XX. Dessa forma, são admissíveis apenas alterações que visem resgatar a integridade e feições originais, de acordo com a necessidade da edificação.

As decisões arquitetônicas tomadas durante a construção do projeto de intervenção no imóvel fazem referência a todos os estudos realizados neste trabalho, sendo reverenciados os aspectos históricos e arquitetônicos da edificação, como sua implantação no terreno, alinhamento do edifício junto à rua e limites laterais, técnicas

e materiais construtivos, fachadas, caimento dos telhados, paredes e pisos. Também serão propostas algumas adaptações necessárias para o recebimento das novas funções e atendimento às exigências atuais globais, como a acessibilidade, sustentabilidade e o conforto dos seus usuários. Deve-se destacar que as intervenções realizadas deverão ser nitidamente perceptíveis, ostentando a marca do nosso tempo e mantendo-se em harmonia com o conjunto.

A proposta se fundamenta em manter toda a estrutura existente referente à construção do século XIX (construção original da edificação em características coloniais) e ampliação no início do século XX (construção da cozinha e demais ambientes voltados para a Rua Ricardo Franco, além de reforma em todo imóvel que lhe atribuiu estilo neoclássico). Nenhuma parede construída nesse período será demolida, assim como os ornamentos das fachadas, detalhes construtivos e inclinação dos telhados serão mantidos com o intuito de não modificar a aparência atualmente disposta.

Contudo, apenas o anexo construído posteriormente, utilizado até os dias atuais como lavanderia/canil, será demolido, uma vez que sua implantação é totalmente incoerente ao contexto do conjunto. Além de deslocado contextualmente, não tem significação funcional ou estética, invadindo o pátio interno e corrompendo o desenho dos jardins, ao mesmo tempo em que obstrui a visibilidade e ventilação na fachada interna do primeiro nível (Rua Ricardo Franco).

Destacam-se como material de subsídio para proposta os levantamentos histórico, iconográfico e arquitetônico; as Cartas Patrimoniais (especialmente a Carta de Veneza); a Instrução Normativa do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá, as análises de obras correlatas e a Norma Brasileira de Acessibilidade em edifícios, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (NBR 9050).

9 PROGRAMA ARQUITETÔNICO

Em conformidade com as obras correlatas estudadas durante o desenvolvimento do presente projeto, percebeu-se que os setores necessários para o novo uso do imóvel eram os de administração, assistência, setor de serviço e vivência. Nesse estudo, o imóvel possui os setores com seus ambientes específicos, respectivamente alocados nos espaços existentes do casarão (Figura 21), justificados pela existência dos mesmos setores nos projetos de referência.

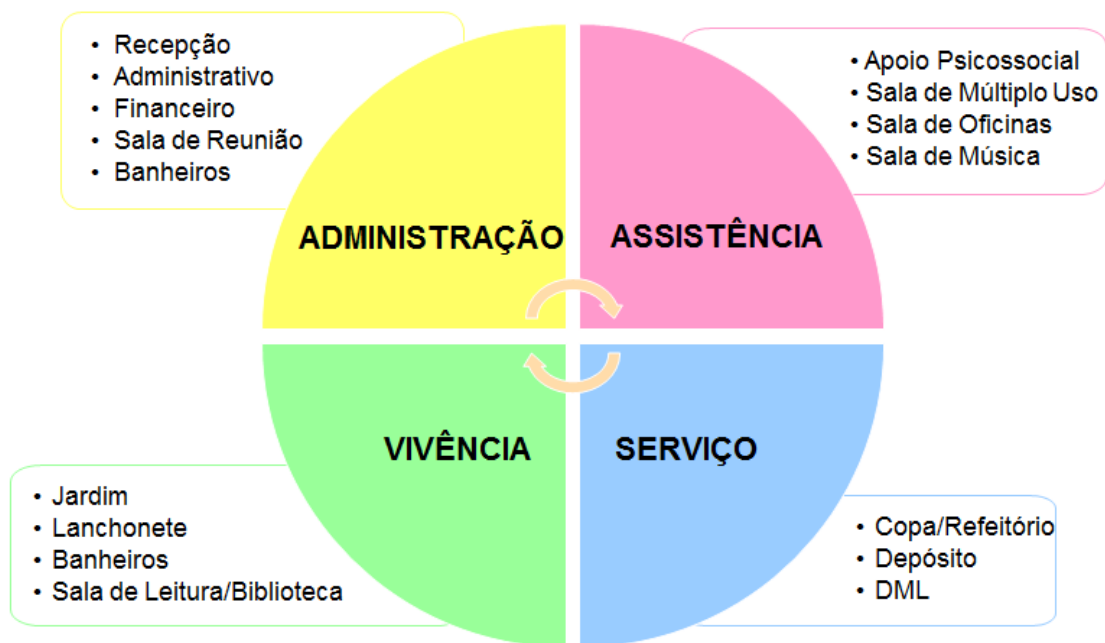


Figura 21: Programa Arquitetônico.
Fonte: Próprio autor, 2017.

O setor de administração, imprescindível para a gerência do uso proposto, ocupa ambientes que juntos somam uma área total de 104,62m² (Figura 22).

ADMINISTRAÇÃO	Ambientes	Quantidade	Área Total - m ²
	Recepção	1	39,79 m ²
	Administrativo	1	18,38 m ²
	Sala de Reunião	1	16,53 m ²
	Financeiro	1	16,50 m ²
	Banheiros	Masculino	4,99 m ²
		Feminino	4,95 m ²
		PNE	3,55 m ²
	Área total do setor		104,62 m ²

Figura 22: Pré-dimensionamento – Setor administrativo.
Fonte: Próprio autor, 2017.

Os ambientes do setor de assistência são os responsáveis por atender o público alvo com intuitos específicos. O setor contará com três salas de apoio psicossocial e duas salas de oficinas que buscam oferecer palestras e cursos de capacitação para o público atendido, gerenciadas por profissionais especialistas como psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e advogados (apoio jurídico). Uma sala de múltiplo uso, sala de acolhimento e uma sala de música também foram alocadas no imóvel como opção de tratamento psicoterapêutico do setor. Juntos, os ambientes somam uma área total de 240,27m² (Figura 23).

ASSISTÊNCIA	Ambientes	Quantidade	Área Total - m ²
	Apoio Psicossocial	3	73,19 m ²
	Sala de Múltiplo Uso	1	62,01 m ²
	Sala de Oficinas	2	65,25 m ²
	Sala de Música	1	25,50 m ²
	Sala de Acolhimento	1	17,32 m ²
	Área total do setor		240,27 m ²

Figura 23: Pré-dimensionamento – Setor de assistência.

Fonte: Próprio autor, 2017.

O setor de serviços – importante para estruturar e permitir o correto funcionamento dos demais setores de forma intermitente alocadas no imóvel, atendendo às necessidades do centro – ocupa ambientes que somam uma área total de 36,50m² (Figura 24).

SERVIÇO	Ambientes	Quantidade	Área Total - m ²
	Copa/Refeitório	1	20,55 m ²
	Depósito	1	13,80 m ²
	DML	1	2,15 m ²
	Área total do setor		36,50 m ²

Figura 24: Pré-dimensionamento – Setor de serviço.

Fonte: Próprio autor, 2017.

Os espaços e salas destinados ao setor de vivência visam o convívio social dos funcionários do centro de referência, do público atendido e também da população que visitará o imóvel. Com 250,88m², o intuito do setor é funcionar paralelamente aos serviços rotineiros do casarão (Figura 25).

VIVÊNCIA	Ambientes	Quantidade	Área Total - m ²
	Jardim	1	184,27 m ²
	Biblioteca/Sala de Leitura	1	31,46 m ²
	Lanchonete	1	25,52 m ²
	Banheiros	Masculino	5,72 m ²
		Feminino	3,91 m ²
	Área total do setor		250,88 m ²

Figura 25: Pré-dimensionamento – Setor de vivência.

Fonte: Próprio autor, 2017.

10 PROJETO ARQUITETÔNICO

Neste capítulo, serão relatadas todas as intervenções arquitetônicas propostas, incluindo a definição dos usos da edificação, medidas para recuperar a

habitabilidade do prédio e adaptações para as novas funções, acessibilidade e uso racional dos recursos naturais.

Fundamentados nesses preceitos, serão propostas medidas de recuperação do prédio considerando as características que se mantiveram até os dias atuais, além de adaptações à nova função e atendimento às necessidades contemporâneas, como a acessibilidade e uso racional de água e energia. Contudo, tais adaptações serão implantadas de forma harmoniosa ao conjunto, ao mesmo tempo em que devem ser claramente perceptíveis como contemporâneas, sem que o bem seja descaracterizado ou agressivamente modificado.

Para fomentar a viabilidade do mesmo, fez-se a divisão do casarão em três níveis – de acordo com a volumetria existente – que correspondem aos usos a que serão destinados, sendo que cada bloco tem acessos e funções independentes, porém, integram-se visualmente como um conjunto.

Conforme destacado na Figura 26, os ambientes do pavimento térreo do imóvel possuirão uso mesclado por serem utilizados como salas de todos os setores, sendo este nominado de Nível Térreo. Enquanto isso, os ambientes do imóvel voltados para a Rua Ricardo Franco passam a ser divididos entre os Níveis I, ocupado originalmente pelo quarto das moças e quarto dos pais e agora será utilizado como salas para o setor de assistência, e Nível II, onde anteriormente era usado como quarto dos rapazes e varanda localizado na parte assobradada do imóvel, agora usado como sala de música e varanda. Como espaço integrador entre os blocos, propõe-se a reestruturação do pátio interno da edificação para ser utilizado como área de convivência, com mobiliários que incentivem seu uso, como bancos, floreiras, postes de iluminação, lixeiras, etc.

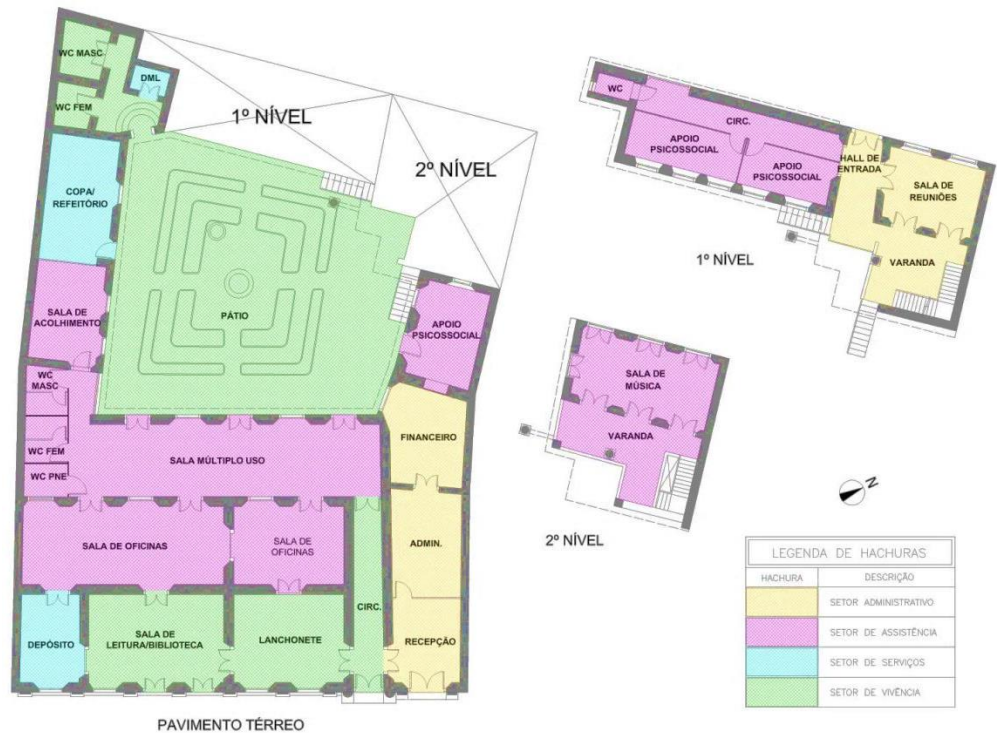


Figura 26: Setorialização do Centro de Referência.

Fonte: Próprio Autor, 2017.

10.1 Nível Térreo

Para que o imóvel em estudo pudesse atender à função de Centro de Referência, foi necessário que houvesse a divisão de alguns ambientes internos. Para isso, optou-se pela adoção de divisórias similares ao adotado na sede de um dos projetos de referência. No CIEDS, as divisórias internas foram confeccionadas com perfis metálicos estruturais desmontáveis e de fácil instalação, os vãos entre os perfis são preenchidos com madeira de demolição e vidro. Além destas, foram adotados também divisórias de placa cimentícia na instalação dos sanitários, adotadas por o material permitir o contato com a água e a passagem de tubulações hidrossanitárias. As divisórias se diferenciam da técnica tradicional pela textura e espessura. Após instaladas, terão acabamento de cimento queimado para que fique visível a intervenção realizada.

Como citado anteriormente, o programa de necessidades do Centro de Referência foi distribuído entre os ambientes existentes do imóvel. A entrada principal do casarão, com acesso para o corredor de circulação, será mantida como acesso principal, sendo as demais portas da fachada da Rua Sete de Setembro isoladas com vidro fixo incolor (Figura 27).

Na ala direita do pavimento térreo, a sala onde anteriormente funcionava a sala de espera da gráfica foi dividida por meio de divisórias, transformando-se em recepção e sala da administração. A sala onde antes funcionava a gráfica será utilizada para o setor financeiro e o ambiente logo após, anteriormente porão, dará espaço a uma das três salas de apoio psicossocial.

Do outro lado, os ambientes à esquerda do corredor de acesso, onde antes funcionavam as salas de papelaria, administração e depósito, darão lugar à lanchonete, sala de leitura e biblioteca, salas de oficinas e depósito.

No fim do corredor de acesso há uma grande sala utilizada originalmente como sala multiuso, o maior de todas as salas do imóvel. A proposta para esse ambiente é continuar sendo uma sala que contempla várias funções, como o de galeria (com uso de biombos expositores e quadros afixados na parede), espaço de oficinas quando o público for superior ao máximo comportado nas outras duas salas de oficinas, espaço de estar e de conversas informais. No ambiente também será instalado um banheiro masculino, um feminino e um para PCD por meio de divisórias de placa cimentícia.

Algumas portas e janelas também precisaram de atenção especial, pois há grande quantidade de aberturas para acesso entre os cômodos do casarão, e alguns ambientes precisaram ser isolados. Em determinados ambientes, algumas portas ou janelas (representadas pela sigla PT e JT) serão apenas trancadas, com a finalidade de impedir o acesso por elas, enquanto outras portas (representadas pela sigla PI) serão instaladas a fim de delimitar acessos. A localização de tais aberturas está especificada no projeto conforme as siglas descritas na prancha 04/10 em anexo.

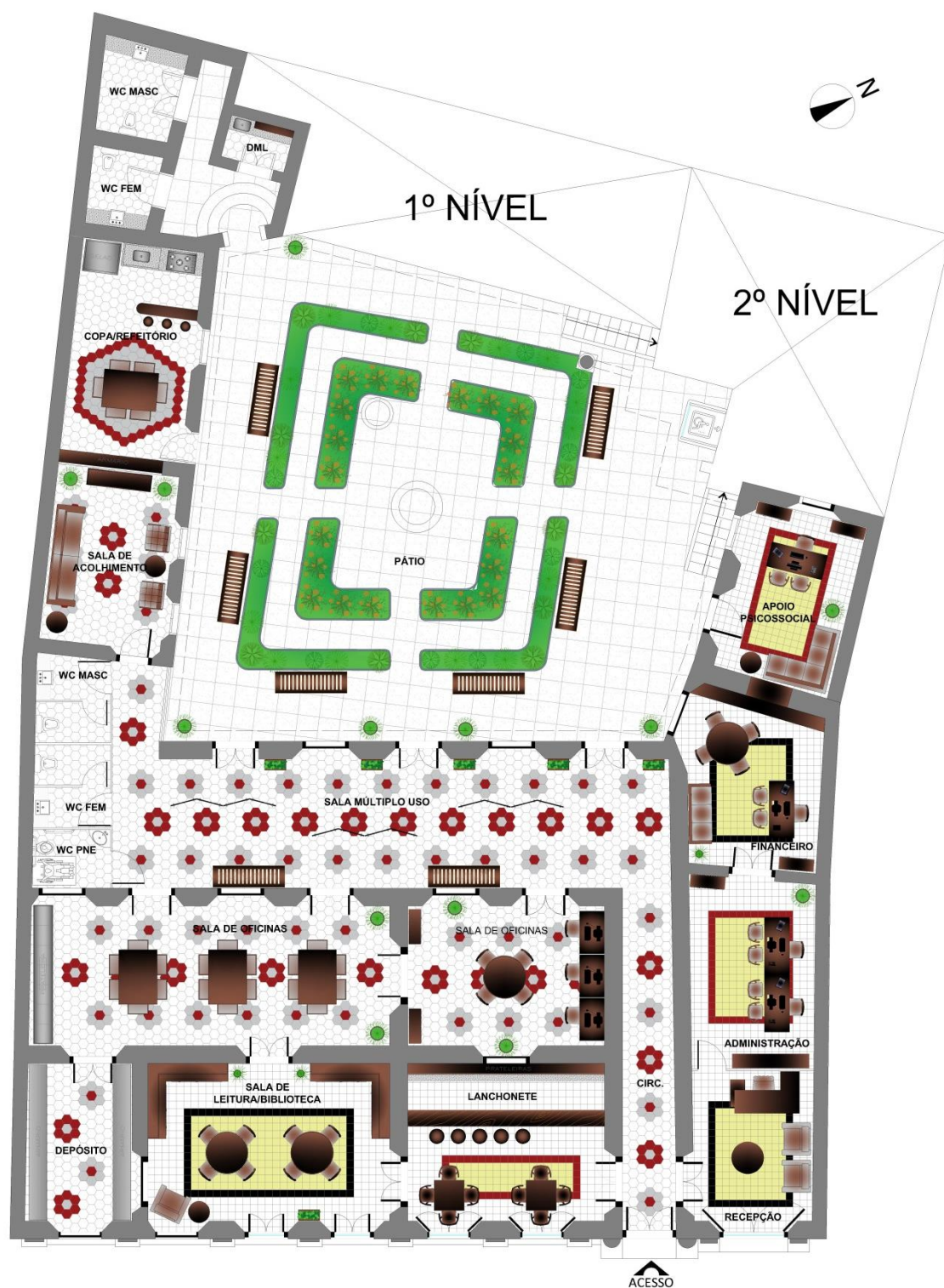


Figura 27: Planta Humanizada – Pavimento Térreo.
Fonte: Próprio Autor, 2017.

A acessibilidade também foi alvo de atenção na proposta, para isso algumas modificações foram necessárias, como a construção de rampas de acesso nas calçadas do casarão, previsão de instalação de rampas metálicas móveis para

acesso ao imóvel e construção de banheiro adaptado para cadeirante. Como não há recuo do edifício em relação à calçada, a NBR 9050 recomenda o rebaixamento de parte da calçada ao nível da rua, criando rampas no sentido longitudinal da calçada, que devem ser sinalizadas com piso tátil de alerta (Figura 28). Essa estratégia foi adotada no projeto, criando também uma pequena rampa que antecede a entrada principal. Além das rampas e sinalização tátil, propõe-se a instalação de um elevador hidráulico para propiciar o acesso dos que necessitam deste aos demais pavimentos, o qual será especificado mais adiante.

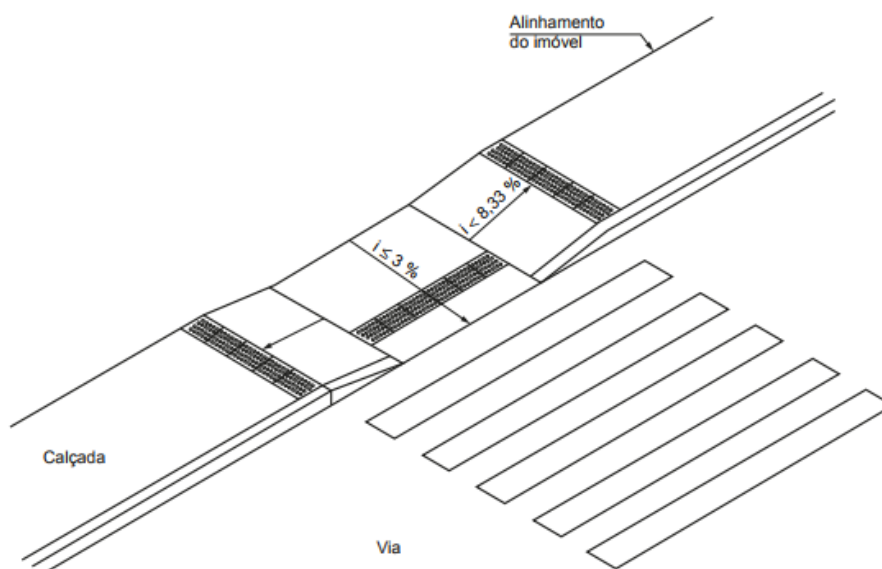


Figura 28: Rebaixamento de calçadas estreitas.
Fonte: NBR 9050, 2016.

Essas medidas garantem que uma pessoa em cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida consiga ter acesso a todos os ambientes, já que no restante do casarão não há desníveis significativos. Além disso, os ambientes têm espaço para atender a uma pessoa com cadeira de rodas e as placas de sinalização e informação devem ter cor contrastante, relevo e inscrição em braile, conforme preconiza a NBR 9050.

Tendo a água como principal inimiga do adobe e visando o uso racional dos recursos hídricos, propôs-se a instalação de um sistema de calhas e dutos que coletam a água pluvial dos telhados. Assim, se evita que a água que cai dos beirais respingue na base das paredes de adobe.

Dos mobiliários originais do imóvel, apenas parte dos armários embutidos encontram-se atualmente no casarão, em estado de abandono, elas serão recicladas com o reaproveitamento das partes em bom estado (Figura 29 e 30). Mobiliários contemporâneos, de formas retas ou curvas discretas, alguns confeccionados com materiais recicláveis, outros de madeira, aço e vidro, serão utilizados em todo imóvel, sendo que as cores, de preferência primárias, podem ser aplicadas, uma vez que tons pastéis eram muito utilizados no século XIX e início do século XX. O intuito é evidenciar a diferenciação do antigo e do novo.

É proposta a instalação de janelas e portas de vidro temperado incolor, sobrepostos à parte externa das esquadrias de madeira das fachadas. Esta estratégia possibilita a abertura das portas e janelas de madeira durante o uso desses ambientes,

aproveitando a iluminação natural sem incidência solar direta na maior parte do dia. Também é interessante a integração visual entre o ambiente interno e a rua, uma vez que de fora se vê as atividades acontecendo internamente, uma forma de mesclar o interior e exterior.

A iluminação noturna da fachada também favorece a segurança da edificação. Sendo assim, foi proposta a instalação de luminárias LED embutidas na calçada, com foco vertical nas pilastras, pequenas luminárias contornando o arco acima da porta principal e os dois elementos acima dele.



Figura 29: Armários da antiga livraria.
Fonte: Próprio Autor, 2017.



Figura 30: Armários da antiga livraria.
Fonte: Próprio Autor, 2017.

10.2 Nível I – Acesso pela Rua Ricardo Franco

Acessando o imóvel pelo hall de entrada, a sala à direita, anteriormente utilizada como quarto das moças, dará espaço a duas salas de apoio psicossocial e corredor de circulação por meio do uso de divisórias, sendo o banheiro convertido em lavabo. Os dois ambientes agora criados contaram com iluminação zenital abundante, por conterem janelas voltadas ao pátio. A porta de correr de vidro voltada para essa rua encontra-se atualmente inutilizada, contudo, em bom estado de conservação e por isso será mantida de maneira fixa, sendo utilizada como meio de iluminação natural do corredor que dá acesso às duas salas criadas e ao lavabo.

À esquerda do hall de acesso, o quarto dos pais será convertido em sala de reuniões do setor administrativo, podendo comportar uma mesa com 12 lugares e demais mobiliários fixos, como prateleiras e gaveteiros. Logo em seguida, o ambiente aberto que possui a escadaria que dá acesso ao pavimento superior será utilizado como varanda, mobiliada para atender como antessala dos ambientes desses dois pavimentos, como mesa e cadeiras e quadros com imagens regionais fixados na parede (Figura 31).



Figura 31: Planta Humanizada – Nível I.

Fonte: Próprio Autor, 2017.

A escada de madeira deve ser reestruturada com a finalidade de evitar acidentes, uma vez que ela apresenta riscos a quem a utiliza. O corrimão existente, em boas condições, deve ser aproveitado, assim como as chapas metálicas com desenhos em relevo, cujas partes faltantes devem ser preenchidas por peças metálicas lisas, evitando assim, o falso histórico (Figura 32 e 33).

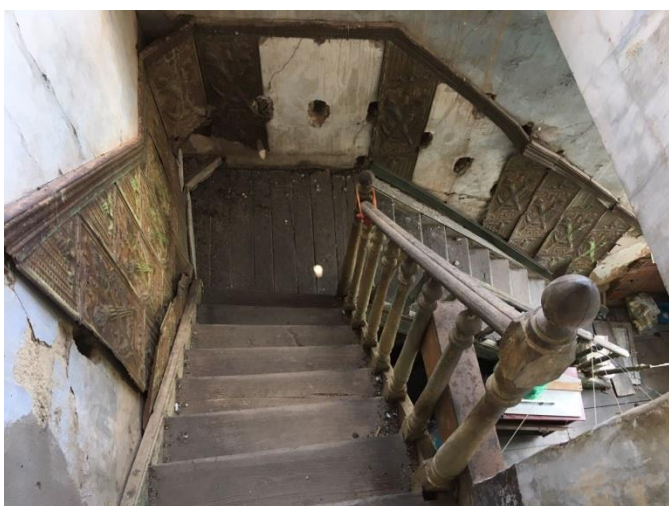


Figura 32: Escadaria do imóvel em péssimas condições.

Fonte: Próprio Autor, 2017.



Figura 33: Escadaria do imóvel em péssimas condições.

Fonte: Próprio Autor, 2017.

A acessibilidade também é garantida pelo mesmo sistema de rampas citados anteriormente com o intuito de não haver desníveis da rua para a calçada, não sendo necessária rampa de acesso da calçada para o edifício por não há desnível significativo nesse ponto. O mesmo sistema de calhas e dutos que captam a água dos seus telhados será utilizado nesse nível.

É proposta a instalação de uma plataforma elevatória para cadeirantes, para permitir acesso ao pavimento superior. Esta deve ser cuidadosamente implantada a fim de manter a harmonia e interferir o mínimo possível na composição. Por isso optamos por uma plataforma hidráulica composta por estrutura de aço pintado em tons harmoniosos à edificação e caixa de vedação em vidro temperado incolor, sendo apoiada no chão para não haja sobrecarga nas paredes.

O mobiliário utilizado segue o mesmo padrão do que são usados no nível térreo, com a presença de objetos de decoração, painéis informativos com fotografias, desenhos e textos explicativos nas áreas de circulação.

Quanto à segurança, assim como no pavimento térreo, é proposta a instalação de janelas e portas de vidro temperado incolor, sobrepostos à parte externa das esquadrias de madeira das fachadas. Arandelas serão instaladas para iluminação da edificação nos vãos entre aberturas, bem como a instalação de luminárias LED embutidas na calçada.

10.3 Nível II – Pavimento Superior

O pavimento superior, usado originalmente como quarto dos rapazes, é um dos únicos cômodos do imóvel que apresenta boas condições de uso. Agora convertido em sala de música, faz-se necessário apenas a reforma das esquadrias existentes e reforma do reboco nas áreas que apresentam rachaduras e fissuras, comum em todo imóvel (Figura 34, 35 e 36).



Figura 34: Vista interna do Nível II.
Fonte: Próprio Autor, 2017.



Figura 35: Vista interna do Nível II.
Fonte: Próprio Autor, 2017.

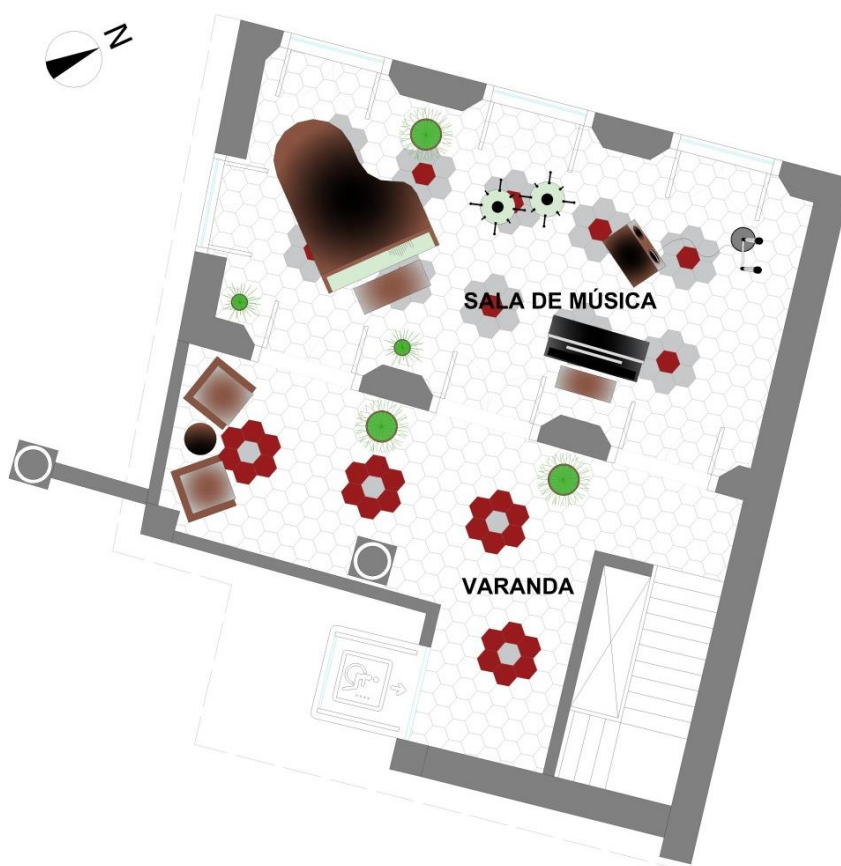


Figura 36: Planta Humanizada – Nível II.
Fonte: Próprio Autor, 2017.

A varanda que dá acesso ao cômodo possui vista única para a torre sineira da Igreja Senhor dos Passos e Morro da luz, sendo nela instalados mobiliários que possibilitem a contemplação dessa vista particular. A varanda também receberá a plataforma elevatória para PCD (Figura 37 e 38).



Figura 37: Vista da varanda do Nível II.
Fonte: Próprio Autor, 2017.

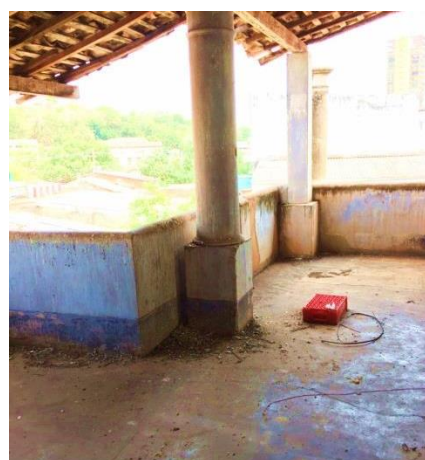


Figura 38: Vista da varanda do Nível II.
Fonte: Próprio Autor, 2017.

10.4 Pátio interno

O pátio interno tem função de área de convivência, circulação, ventilação, iluminação natural nas fachadas internas e integração entre os níveis da edificação. A demolição da lavanderia/canil possibilitou a reconstrução dos canteiros com o uso de tijolos maciços cozidos, o que também deve acontecer nos demais canteiros, já que estão em estado de deterioração (Figura 39). Assim, retoma-se a simetria do antigo jardim, que, depois de reconstruído, deve ser ajardinado com grama e vegetação arbustiva, para que as raízes não causem danos às alvenarias de terra.



Figura 39: Vista do pátio interno do casarão.

Fonte: Próprio Autor, 2017.

Pergolados de madeira em arco com pintura na cor marrom serão instalados nas aberturas dos canteiros, cobertos com trepadeiras coloridas com o intuito de substituir os metálicos que já existiam, hoje em ruins condições (Figura 40 e 41). Também devem ser instalados postes baixos para iluminação, lixeiras e bancos de madeira, enquanto o poço e demais elementos do pátio são mantidos e protegidos com uma tampa de vidro fixo incolor.

Assim como na área coberta, os elementos introduzidos devem ter materiais e técnicas contemporâneas, tendo a possibilidade de serem reversíveis, sempre se harmonizando com o edifício mas respeitando e valorizando o casarão novecentista.



Figura 40: Pergolado metálico existente deteriorado.

Fonte: Próprio Autor, 2017.



Figura 41: Pergolado de madeira proposto.

Fonte: Próprio Autor, 2017.

11 PRINCIPAIS ELEMENTOS COMPONENTES DA SOLUÇÃO ARQUITETÔNICA

11.1 Estrutura

Prospecções nas fundações da edificação devem ser realizadas com o intuito de quantificar os esteios presentes na edificação e o estado em que se encontram. É comum que sejam encontrados esteios danificados pela presença de umidade, por agentes xilófagos e que não realizem sua função, sendo responsáveis pela intensa quantidade de trincas e fissuras ao longo das paredes da edificação.

Uma das soluções mais comumente encontrada para esteios comprometidos é a execução de enxerto de novas seções de madeira nas peças existentes. Desse modo, é possível manter parte das peças originais e retirar somente os trechos que se encontram em contato com a umidade do solo, deteriorados.

Para proceder com a substituição dos esteios danificados, a fundação deve ser escavada, e o entorno imediato da parede deve ser escorada com peças de madeira. Far-se-á o agulhamento no fundo de cada vala preenchida com pedras e uma camada de pasta de areia e cimento com a finalidade de preencher o vazio existente entre as rochas depositadas e agulhadas ao fundo (HIRATA, 2016).

Sobre elas é depositado um lastro de concreto para sustentar cada uma das estruturas a serem recuperadas. As peças comprometidas devem ser substituídas por outras de mesmas dimensões e propriedades mecânicas e impermeabilizadas com a aplicação de produtos betuminosos.

As ligações entre as peças devem ser realizadas por meio do recorte e encaixe macho-fêmea, fixados com tarugos e colas, sendo que parafusos de latão poderão ser usados em último caso e jamais se deve usar pregos ou parafusos de ferro, visto que estes sofrem oxidação e danificam a madeira. Na sede da Superintendência do IPHAN/MT, os portais dos ambientes utilizam o mesmo método de recuperação da madeira existente.

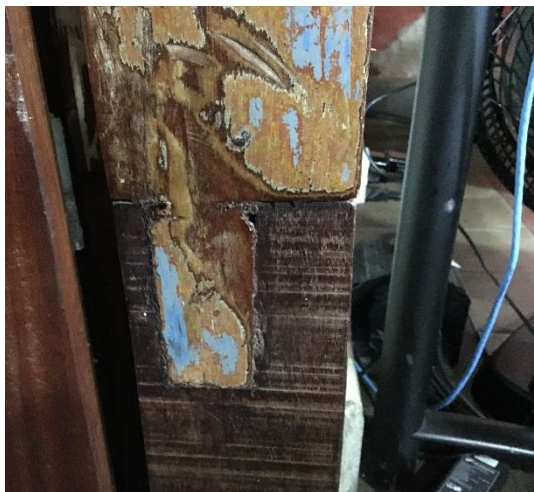


Figura 42: Encaixe macho-fêmea em estrutura de madeira.
Fonte: Próprio Autor, 2017.

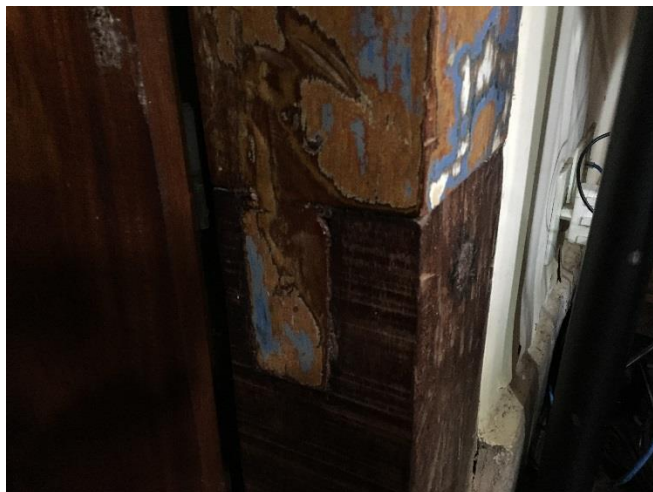


Figura 43: Encaixe macho-fêmea em estrutura de madeira.
Fonte: Próprio Autor, 2017.

11.2 Pisos

Todos os ambientes do imóvel possuem pisos de ladrilhos hidráulicos em formato hexagonal e quadrado, com composições originais, com exceção da área do Nível I (acesso pela Rua Ricardo Franco) onde é proposta a varanda dos ambientes desse nível. O piso desse ambiente é composto por tabuado de madeira, atualmente em péssimas condições, sendo necessária a sua completa substituição (Figura 44 e 45).

De maneira geral, os pisos do interior do imóvel se encontrarem em bom estado de preservação e conservação. Serão substituídos somente os que apresentarem alguma patologia, como rachaduras ou desgaste por ação das intempéries. As substituições necessárias deverão ser destacadas dentro do ambiente em que forem inseridas, sem estampa e cor neutra. Os desenhos originais serão mantidos.

Na área externa, todo o calçamento do pátio será substituído por pisos drenantes (com permeabilidade de 50%) com o intuito de garantir a permeabilidade das águas pluviais.

Os ladrilhos hexagonais foram instalados em formato de flor, dispostos em seis peças da mesma cor no exterior e uma peça de cor contrastante na parte interior (Figura 46). Já os ladrilhos quadrados foram instalados, originalmente, em forma de tapete, com o exterior de uma cor e interior de cor contrastante, a quantidade de ladrilhos utilizados nessa composição varia de acordo com as dimensões dos

ambientes. Atualmente, sujidades e restos de materiais constituintes de paredes e forros, escondem o piso existente (Figura 47).



Figura 44: Tabuado do Nível I.
Fonte: Próprio Autor, 2017.



Figura 45: Tabuado do Nível I.
Fonte: Próprio Autor, 2017.



Figura 46: Ladrilhos quadrados da edificação.
Fonte: Próprio Autor, 2017

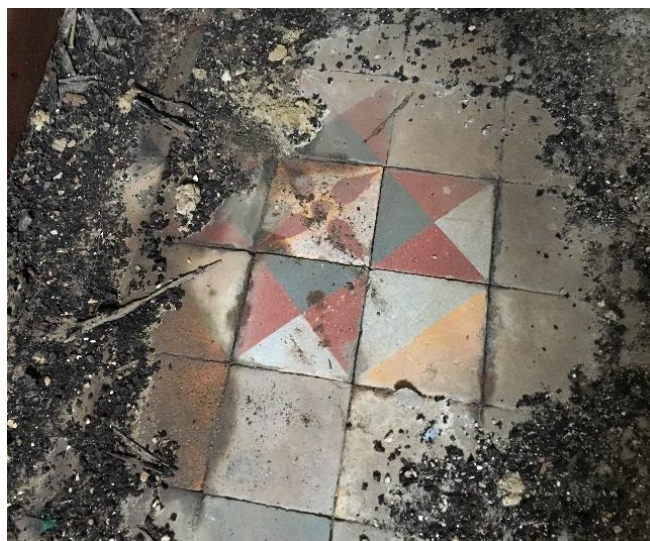


Figura 47: Ladrilhos hexagonais da edificação.
Fonte: Próprio Autor, 2017.

11.3 Paredes

Remoções de partes das paredes internas do imóvel serão necessárias para a recuperação ou substituição dos materiais danificados. Nesse sentido, trechos da alvenaria úmidos, deteriorados ou com baixa resistência serão retirados e preenchidos com novo material. É importante que durante a reestruturação das paredes portantes e das estruturas em madeira, o telhado e as paredes envolvidas sejam escorados para evitar desmoronamentos e acidentes.

A recuperação de trechos degradados deve ser feita com a retirada do material arruinado, que após limpeza da área, será substituído por material novo. Após a estabilização da fundação, a próxima etapa a ser realizada é a reintegração das partes faltantes da alvenaria de vedação em terra crua que, por conta da fragilidade de seus materiais constituintes, perdem material quanto há contato direto com a umidade proveniente das águas das chuvas. Tendo em vista que todo material lixiviado se encontra no local, é possível que seja reaproveitado para a execução dos novos tijolos de adobe.

A ideia foi empregada na estabilização estrutural de uma edificação assobradada no centro histórico de Cuiabá no ano de 2013 realizada pela Superintendência de Mato Grosso do IPHAN. A edificação é conhecida como Casarão do Beco Alto e está localizada na antiga Rua de Cima, hoje denominada de Rua Pedro Celestino (ARAÚJO, 2015).

Segundo Hirata, (2016, p.5),

A proposta resultou em uma alternativa mais sustentável e de custo reduzido para a obra, pois o material é proveniente da própria construção e garantia originalidade ao bem protegido. Apesar do material ser original, o modo de preparo foi diferente. Ao invés da massa ter sido pisoteada até adquirir consistência adequada, ela foi preparada em betoneira, que deu mais agilidade para a execução do serviço. Após o preparo da mistura, o material foi colocado em formas de madeira com dimensão de 40x19x20 cm. O reaproveitamento do material remanescente proporcionou uma obra mais sustentável e um canteiro mais eficiente com menos resíduos para ser descartado posteriormente à execução da intervenção.

O peso da cobertura do imóvel, após anos de existência, provocou o entortamento da fachada da Rua Sete de Setembro, passando a sensação de insegurança para os transeuntes que pela calçada transitam. Nesse caso, a solução estrutural mais indicada é a estabilização das paredes das fachadas por meio de tirantes de aço fixados nas diagonais internas das paredes das fachadas, conhecido como amarração. Uma vez estabilizado, procede a troca da cobertura.

As paredes de adobe que possuírem pequenos vãos, trincas e fendas, deverão ser preenchidas com argamassa de solo-cimento composta por cal, areia e saibro. Essa mistura permite que o material que constitui a alvenaria de adobe faça as trocas gasosas necessárias, evitando o deslocamento e surgimento de novas patologias.

Em casos de rachaduras verticais nas paredes de adobe, ocasionados por problemas estruturais, o método adequado de tratamento é conhecido popularmente como “espinha de peixe” (Figura 48). O procedimento consiste na abertura de rasgos horizontais por toda extensão da rachadura vertical, aplicação de tela de aço nestas aberturas e posterior preenchimento com o mesmo material que foi retirado para o rasgo. O método evita o surgimento de novas rachaduras.

Já as fissuras que surgirem nas paredes de tijolos maciços deverão ser seladas. Para isso, deve-se limpar a área onde se encontra a fissura, fazendo escareamento (aumento da fissura por meio de processo mecânico) e em seguida preencher o vazio com argamassa forte de cal e areia, de pouca espessura. Quanto à ocorrência

de vazios maiores, faz-se o embrechamento (preenchimento dos vãos) com pedaços de pedra ou tijolo, sendo que a argamassa a ser aplicada deve ser colocada depois da alvenaria ter sido umedecida.



Figura 48: Método espinha de peixe.

Fonte: IPHAN/MT, 2016.

O pequeno trecho de alvenaria do imóvel composto por taipa de pilão está localizado na parede da fachada da Rua Ricardo Franco. A mesma não apresenta grandes patologias, sendo necessária somente a execução da troca de reboco, assim como em toda fachada.

Os rebocos das paredes de tijolos maciços e tijolos de seis furos degradados que se apresentarem com pouca aderência, aplicados com materiais incompatíveis ou contendo eflorescências, sais ou ataques biológicos devem ser retirados e substituídos por argamassa nova.

O procedimento para substituição dos rebocos de alvenarias de taipa ou adobe possui procedimento mais simples. Primeiramente, retira-se todo o material instável, e se faz a limpeza das superfícies com escova. Após a limpeza, inicia-se a aplicação do novo emboço, sendo que a composição da primeira camada deve ser leve e aplicada com brocha para o preenchimento dos pequenos espaços. A partir daí, aplica-se com colher a argamassa de reboco semelhante à original, sendo recomendado o uso de cal, areia e saibro. A falta da aplicação correta do material de revestimento nessas paredes é um problema recorrente no imóvel, visto que as últimas intervenções no reboco das paredes de terra crua consistiram na retirada do reboco existente e aplicação de argamassa de cimento fraco.

11.4 Forro e Cobertura

No casarão em estudo, manutenções preventivas nas coberturas de telha cerâmica colonial não foram realizadas nos últimos anos, sendo amplamente encontrados afastamentos entre as telhas, telhas quebradas, destelhamento e substituição das peças cerâmicas por peças de fibrocimento em alguns pontos (Figura 49 e 50). Essas patologias permitem a entrada de água de modo direto na edificação, um fator de extrema preocupação, pois o seu sistema construtivo é, em grande maioria, terra crua, material que não suporta umidade, ocasionando a lixiviação do material.

Diante dessa situação, é necessário que sejam retirados e analisados todo o madeiramento da cobertura e as telhas. As peças em bom estado ou em condições de recuperação deverão ser corretamente tratadas enquanto as comprometidas serão substituídas. O madeiramento comprometido deve ser trocado por madeira imunizada de mesmas dimensões e características mecânicas. Já as telhas atuais serão substituídas por telhas de barro industrial do tipo colonial (capa e canal) que, atualmente, já não atendem por completo sua função de proteção da edificação. Haverá também a instalação de calhas e rufos de zinco e tubos de PVC para promover os escoamentos verticais.



Figura 49: Vista interna da edificação.
Fonte: Próprio Autor, 2017.



Figura 50: Cobertura do Nível I.
Fonte: Próprio Autor, 2017.

As platibandas e calhas devem ser impermeabilizadas. Sendo assim, as partes em contato com o telhado e a face superior da platibanda devem ser rebocadas com argamassa de maior resistência e depois do reboco seco, deve-se aplicar uma ou duas demãos de produtos betuminosos para impermeabilização.

Os forros de todo imóvel possuíam, originalmente, molduras e desenhos únicos em cada ambiente e atualmente, encontram-se em péssimo estado de conservação, podendo somente as molduras ser reaproveitadas sob nova composição, sendo que as peças faltantes serão preenchidas por peças de madeira lisa instaladas horizontalmente ou inclinadas, conforme a inclinação da cobertura de cada sala.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação do patrimônio histórico é um processo que visa respeitar suas características estéticas e históricas através da adoção de políticas e normativas construídas fundamentadas em décadas de estudos, sempre com o intuito de preservar o patrimônio e impedir sua destruição, garantindo a permanência da identidade dos povos. Todavia, as estruturas antigas diretamente vinculadas à nostalgia do passado não devem ser limitantes, mas sim norteadores das intervenções necessárias.

De residência à tipografia, o casarão da Rua Sete de Setembro apresenta importância histórica, arquitetônica e artística por se trata de expressivo exemplar da arquitetura colonial cuiabana sobreposta por elementos ecléticos no início do século XX. Atualmente, o casarão encontra-se subutilizado e em estado de depredação intenso, porém, propôs-se que o casarão volte à ativa como sede do Centro de Referência para cultura LGBT como resposta às necessidades de atendimento para esse público.

No decorrer do presente trabalho buscou-se compreender os critérios que devem direcionar as intervenções arquitetônicas para ser aplicado no objeto de estudo, alvo de grande dedicação. Desse modo, foram adotadas estratégias de intervenção coerentes com tipo de estrutura existente, valorizando os aspectos históricos e artísticos. Assim, o resultado do trabalho é a proposta de intervenção arquitetônica fundamentada nas teorias do patrimônio, em que o edifício é recuperado e utilizado para o bem coletivo, voltando a cumprir sua função social.

Desse modo, optou-se por sugerir a utilização da Gráfica Pepe como metodologia de compreensão dos valores históricos e culturais do Centro Histórico de Cuiabá. Através das atividades que o Centro de Referência para a comunidade LGBT oferecerá, envolvendo ambientes formais e não-formais, toda a comunidade que o frequentará poderá perceber como é importante a conservação da memória local, não só nos seus acervos pessoais, mas na implementação de instituições que unem a população e os lugares históricos.

Por conseguinte, ao integrar educação, cultura e sustentabilidade, se promove significativos ganhos à sociedade. Ao se preservar o patrimônio histórico cultural, se preserva também a memória e a identidade da sociedade que o constrói, e que também se constrói a partir dele. Através do ensino, qualificação profissional e cidadania, se busca oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação social. Somados a isso, se garante benefícios ao meio ambiente devido à reutilização de espaços e estruturas existentes, valorizando os recursos naturais, econômicos e humanos ali investidos.

13 BIBLIOGRAFIA

ALVES, J. D. F. **Reabilitação de Centros Históricos**. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra Universidade de Coimbra, 2007.

APOLÔNIO, R. M; OMAR L. G.; JESUS J. M. H.; NOGUEIRA M. C. J. A.; CARVALHO, B. C. **Proposta de Retrofit para um Edifício Histórico Seguindo os Princípios de Sustentabilidade**. 4º Congresso para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. Universidade do Algarve, Portugal, 2010.

BENFEITORIA, Feito com Cuidado. **Casa de Cultura e Acolhimento LGBT: Casa 1**. Disponível em: <<https://benfeitoria.com/casa1>>. Acesso em 02 jun. 2017.

BONDUKI, N. **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Iphan, Programa Monumenta, Brasília, DF: 2010.

BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.053**: Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília: Iphan, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Érica Diogo (org.), Brasília: Iphan, 2009.

BRASIL. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

COELHO, W. R. **O Déficit das Moradias**: Instrumento para Avaliação e Aplicação de Programas Habitacionais. Dissertação (Mestrado em Engenharia) Escola de Engenharia de São Carlos. São Paulo, 2002.

CONTE, C. Q.; FREIRE, Marcus Vinícius De Lamônica. **Centro histórico de Cuiabá, patrimônio do Brasil**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

CUIABÁ, **Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano – IPDU**. 2009. © 2009. Prefeitura Municipal de Cuiabá / IPDU. Instituto Central de Texto, 2010.

CUIABÁ, Prefeitura Municipal. **Legislação urbana de Cuiabá**. IPDU – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano. Cuiabá: Entrelinhas, 2004.

CUIABÁ, Prefeitura Municipal. **Lei Complementar Nº 389**: Disciplina o uso e ocupação do solo no município de Cuiabá. Cuiabá, 2015.

DONZELOT, J., **La ville à trois vitesses**, Paris, Editions de la villette, 2010

FREITAS, M. A. **Cuiabá**: imagens da cidade: dos primeiros registros à década de 1960. Cuiabá/MT: Entrelinhas, 2011.

GARCIA, M. R. V.; SALGADO, F. M. M.; PAIVA, V. S. F. C., SIMIONATO A. C.; PASCOAL, B. T. M. **“Vida Loka”**: Estilo de Vida e Vulnerabilidade à Violência e ao

Abuso de Drogas Entre Jovens LGBT em Situação de Rua. Universidade de São Paulo, 2012.

GOMES, E. C. **Revitalização Urbana e Turismo: o caso do centro histórico de Chaves**. Dissertação (Mestrado em Turismo) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de LGBT**: Relatório de 2015. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/2016/01/28/assassinato-de-lgbt-no-brasil-relatorio-2015/1>>. Acessado em 28 mai. 2017.

HENRIQUES, C. **Turismo Cidade e Cultura, Planeamento e Gestão Sustentável**. Lisboa, Edições Sílado, 2003.

LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANSGENDER, QUEER, INTERSEX, ASEXUAL RESOURCE CENTER. **LGBTQIA Ally Tips**. Disponível em: <<http://lgbtqia.ucdavis.edu/educated/ally-tips.html>>. Acesso em 01 de novembro de 2017.

MARICATO, E. **A bomba relógio das cidades brasileiras**. Disponível em: <www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_bombarelogio.pdf>. Acesso em 07 jun. 2009.

MEDEIROS, C. A., SALGUEIRO, T. B., FERRÃO, J. M. M. **Geografia de Portugal. Sociedade, Paisagens e Cidades**. Lisboa: Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). **Registry of Violence Against LGBT Persons**. Disponível em: <<http://www.oas.org/en/iachr/multimedia/2015/lgbti-violence/lgbt-violence-registry.html>>. Acesso em 02 de junho de 2017.

PESSOA, M. C. **Restauo do Palacete Lara**. Trabalho Final e Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, 2009.

PISSURNO, M. **Recuperação de Imóveis Vazios e Malconservados do Centro Antigo de Cuiabá, Visando Convertê-los em Habitações de Interesse Social**. Monografia do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Cuiabá, 2013.

PLIBERAM, Dicionário Online. **Significado da palavra cidade**. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/cidade>>. Acesso em 05 nov. 2017.

RODRIGUES, C. de A.; LOEWEN, A. B. **História e memória restauro e requalificação da sede da companhia paulista na cidade de bebedouro**. Universidade de São Paulo, 2013.

SIQUEIRA, E. M. (org.). **Cuiabá: de vila a metrópole nascente**. 2ª ed. Entrelinhas, Cuiabá, 2007.

SIQUEIRA, E. M. (org.). **Cuiabá: de vila a metrópole nascente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2006.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES UNIDAS; Escritório Internacional dos Museus (1931), **Carta de Atenas**. Atenas: Sociedade das Nações e Escritório Internacional dos Museus. Disponível em: <<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/sobrepatririmonio>>. Acesso em 05 de março de 2017.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. de. **Intervenções em Centros Urbanos**. Barueri, SP: Manole, 2009.

VELASCO, M. **A verde Cuiabá**. Brasília, 1985.

VIDA IMOBILIÁRIA. **Conferência sobre reabilitação urbana e turismo, 2013**, integrada na Semana Europeia da Reabilitação Urbana, Porto, Disponível em <<http://www.pt.vidaimobiliaria.com/semanadareabilitacao/reabilitacaourbanaeturismo/>>, Acesso em 02 de jun. 2017.

WALDETARIO, K. Z. B. **Diretrizes para aplicação dos conceitos de sustentabilidade na reabilitação de edifícios em centros urbanos para fins de habitação popular**: Análise do Programa Morar No Centro. Vitória, ES, 2009.

PEREIRA, M. **Praças públicas sustentáveis. Casos de renovação de praças**. Dissertação apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura, 2008.

ARAÚJO, F. de A. P. de. **Casarão do Beco Alto: um esboço histórico e arquitetônico**. In: Vivências Patrimoniais: da teoria à prática. Cuiabá: IPHAN-MT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificação, espaço mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

HIRATA, A.; PEREIRA, M. E. C.; OLIVERIA, D. dos S.; CAMPOS, D. S. **Estabilização estrutural de imóvel de terra crua no Centro Histórico de Cuiabá-MT-Brasil**. Fórum Internacional Sobre Patrimônio Arquitetônico Brasil/Portugal (FIPA). Campinas, 2016.